

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Maria Alice Balbino Alves

O Patrimônio também é seu: A busca pela valorização do Patrimônio Imaterial por meio do Jongo do Sudeste

Monografia

Monografia apresentada ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, para a obtenção do Título de Licenciatura em História.

Orientador: Professora Dr^a. Iamara da Silva Viana

Rio de Janeiro, Julho de 2019

Dedico à Marcia e Marisa por sempre acreditarem em mim.

Aos meus avós, por toda ajuda para a conclusão deste sonho.

À Claudia e Tania Carvalho por serem minha família de coração.

Agradecimentos

Há uma frase muito utilizada pelos jongueiros que resume todo meu processo de formação: “eu seguro sua mão na minha para que juntos possamos fazer aquilo que eu não posso fazer sozinho”. Para que eu pudesse concluir a graduação muitos me deram a mão e serei eternamente grata por todo apoio que obtive, sem vocês não conseguiria “dançar” por ai!

À minha mãe, Marcia que sempre se esforçou para que eu fosse a primeira da família a ingressar/terminar uma universidade. À minha irmã, Marisa por me lembrar a cada dificuldade que podemos conquistar qualquer coisa e seguir em busca dos nossos sonhos. Também agradeço ao meu pai, que me ensinou o amor pela História e desde criança me instiga a conhecer o mundo através da leitura.

Cláudia Dias e Tânia Carvalho, família que formamos desde 2014, fundamentais para que eu chegasse a conclusão de curso. Obrigada por permitir morar com vocês durante o processo de formação, acompanhado de cafés, risos, conversas e amparos. Assim como meus tios e avós maternos e paternos que cederam abrigo nos momentos em que precisei!

Aos meus amigos que me também me cederam suas casas, famílias e horas de ajuda para que eu pudesse fazer os trabalhos ou apenas festejar, especialmente

As Musas: Alice Mabel, Ana Amélia Drummond, Carolina Hinterhoff e Isabela Ferrari que me apresentaram ao mundo que jamais pensei em conhecer. Também agradeço a família de vocês pelo convívio e carinho que recebi. Gratidão por todas as conversas, por se esforçarem para me incluir em viagens, assim como nosso cotidiano café no Gourmet. I'll be there for you, cause you're there for me too.

Ao Nilo: Felipe de Oliveira e Raphael Farias, grupo formado pelos estudantes de escola pública para que pudéssemos melhorar nossas não nos separamos mais. O amor pelo o Rio de Janeiro e suas peculiaridades também nos une. Obrigada por esse grande encontro! Elba, Alceu e Geraldo estariam orgulhosos da nossa amizade e das nossas histórias!

Aos amigos fora da PUC, Idamares Alves, Janaina Souza, Gabriela Barbosa, Daniella Freitas, Thais Almeida e Diego Silva por todo apoio, cuidado, carinho e ajuda no processo de formação. Me sinto feliz por tê-los em minha vida, vocês fazem parte desta história.

Hannah e Raquel, pouco tempo de amizade, mas fundamentais no último ano de graduação. Obrigada pelas trocas de mensagens, artigos, conversas e apoio!

As minhas veteranas: Fabiana Martins, Juliana Sabatinelli, Mariana Barbosa pela generosidade e por terem sido as melhores que pude ter. Me ensinaram o caminho da pesquisa, das apresentações e me inspiraram a seguir no mundo dançante e cultural. Em especial Juliana Pereira que me adotou desde o primeiro painel do PIBIC, me incentivou durante todo percurso da faculdade assim como na reta final da monografia. Eternamente sua pupila!

À Dani Vidal e Tamires Gonçalves, minha enorme gratidão pela rede de apoio, conversas, risadas e choros pelo pilotis e principalmente abraços. A gente suporta qualquer problema na vida se andarmos juntas.

Ao Departamento de História, ao Cláudio, Anair e Cleuza por todos os cafés, abraços, conversas e risadas durante todo o percurso acadêmico. Sem vocês minha graduação não seria tão especial! Que sorte a minha ter vocês ao meu lado! Ao Igor, obrigada pela amizade incentivo para que essa monografia nascesse.

Ao Leonardo Pereira que me orientou por dois anos e me apresentou ao mundo dos pequenos clubes dançantes do Rio de Janeiro.

Ao Edmilson Rodrigues por toda amizade que construímos nos últimos quatro anos.

À Maisa por ser uma inspiração como pesquisadora e professora, aulas que nunca esquecerei.

À Iohana Freitas pessoa de extrema simplicidade que fez com que eu pudesse estabelecer maior contato com os jogadores para conclusão dessa monografia, serei eternamente grata!

A casa do Jongo de Pinheiral que me recebeu para que pudesse entender na prática o que é o Jongo do Sudeste. Em especial à Fatinha, Memeia, Gracinha, Neide, Dedê, pela

hospitalidade, conversas, eventos e dias compartilhados, sou extremamente sortuda por essa rede de apoio.

Iamara Viana, minha orientadora, que teve imensa paciência nesse processo difícil de escrita. Obrigada pelo incentivo, pelas conversas e sua extrema generosidade. Admiro seu trabalho você me inspira.

Por último, ao CAPES/CNPQ pelas bolsas do PIBIC e PIBID possibilitando que descobrisse a importância da pesquisa acadêmica.

Resumo:

O objetivo deste trabalho é ressaltar a importância do Patrimônio Imaterial e refletir acerca das estratégias de valorização deste bem cultural brasileiro. Para tanto, utilizamos do Jongo do Sudeste como objeto principal deste trabalho. Em um primeiro momento o esforço de entender o que é esta prática em seu contexto histórico, marcado por diversas lutas. Posteriormente, pensar no processo que levou o Jongo de prática marginal ao do título de patrimônio como resultado do empenho de inúmeros descendentes de escravos, e por fim, refletir acerca das estratégias de manutenção desta atividade que configuram a transmissão do saber mediante a oralidade. Confirmando a hipótese de que as estratégias de salvaguarda são para além do Plano desenvolvido após o título de Patrimônio, os jongueiros fizeram e fazem seus próprios métodos para resguardar esta prática transmitida de pai para filho tendo como eixo a força da história oral na tentativa de mostrar à sociedade brasileira que o patrimônio imaterial é de todos nós.

Palavras-chave

Jongo; Patrimônio Imaterial; Memória; História Oral; Salvaguarda.

Sumário

Introdução.....	9
Capítulo I- O Dançar e a Manutenção da Memória Ancestral. O Jongo como resistência.....	11
1.1- O Jongo do Sudeste.....	11
1.2- Jongo, origem e resistência.....	13
1.3- Contexto Histórico e o Jongar, uma prática documentada.....	15
Capítulo II- Patrimônio é de quem? O cuidado com a memória ancestral.....	21
2.1- O Patrimônio entra em cena.....	21
2.2- Patrimônios culturais: Material e Imaterial.....	23
2.3- Quando o campo vira patrimônio.....	27
Capítulo III- A história dos antepassados merece ser respeitada: a utilização da memória como luta por igualdade e busca por direitos.....	30
3.1- Jongo: patrimônio de quem? Para quem?	30
3.2-Memória coletiva e novos olhares	34
3.3- Ações para (re)conhecimento da história negra.....	39
Considerações Finais.....	47
Referências Bibliográficas.....	49

Introdução

“Andei, parei, custei mas no jongo eu cheguei andei, parei, custei mas no jongo eu cheguei...”¹

A escrita deste trabalho representa o processo de estudos com a temática cultural no percurso da graduação. O jongo, duas palavras recorrentemente citadas nas leituras acadêmicas de mais interesse, me provocou imensa curiosidade ao descobrir que sua prática é reconhecida como patrimônio imaterial brasileiro. Logo surgiu o interesse para participar e pesquisar sobre o assunto, assim, parafraseando os jongueiros da comunidade Bento Ribeiro, andei, parei mas no jongo eu cheguei.

Desde 2018 venho acompanhando as programações jongueiras ocorridas pelo Rio de Janeiro no sentido de entender algumas questões para o desenvolvimento deste trabalho. Especificamente de apontar como os registros da salvaguarda do Jongo ajudam na manutenção deste patrimônio brasileiro, tentarei identificar alguns obstáculos para que o Plano de Salvaguarda, ou seja, o documento redigido para proteção do bem cultural brasileiro.

Como ao ampliar os debates sobre bens de origem Imaterial na sociedade, possibilita o maior contato com patrimônios que historicamente estão marginalizados e proporciona a viabilização do maior contato entre cidadãos e patrimônios para além do Europeu, da nossa cultura brasileira. Dentre estas perspectivas, encontramos o Jongo do Sudeste, prática envolvendo canto, dança e o toque dos tambores que mantém viva a tradição dos negros provenientes da África e atualmente tem como objetivo central a luta por igualdades social e racial.

Por fim analisar a prática de alguma casa de Jongo que ainda será escolhida para que contribua ao estudo de seu Registro, aplicando essas perspectivas a história cultural, apresentando um trabalho que colabore para os estudos de Jongo. Aproximar os debates sobre Jongo, Patrimônio Imaterial por meio de leituras historiográficas, na tentativa de valorização especificamente do Patrimônio Imaterial Brasileiro.

¹ Ponto de Jongo da Comunidade Bento Ribeiro (São Paulo)

O processo que estabelece o registro do Jongo como bem de natureza imaterial é o Decreto nº3551 de 2000, tendo seu registro efetivado em dezembro de 2005 demonstra a importância deste grupo para a memória, identidade e formação da sociedade brasileira. Segundo o Registro do Jongo do Sudeste:

Nesse sentido, o Registro do jongo como Patrimônio cultural do Brasil é reconhecimento por parte do Estado da importância dessa forma expressão para a confirmação da multifacetada identidade cultural brasileira. Este registro chama a atenção para a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade econômica articulada com a pluralidade cultural; políticas que garantam a qualidade de vida e cidadania. E condições de autodeterminação para que as comunidades jongueiras mantenham vivo o jongo nas suas mais variadas formas e expressões.²

Desta forma a pesquisa pretende compreender a importância da expressão afro-brasileira como modos de identidade e resistência, visto que ao registro do jongo como patrimônio cultural ajudam na promoção de políticas para melhorias de vida dos jongueiros para que mantenham vivo a tradição do dançar. –Possibilitando assim, abertura para pensarmos os modos de preservações culturais e as suas políticas.

Nessas políticas de preservação do patrimônio no Brasil houve um olhar que historicamente marginalizou as práticas culturais afrodescendentes que, até hoje, ainda necessitam de uma desconstrução social. Nesse sentido, perceber o reconhecimento do Jongo do Sudeste como patrimônio é reconhecer suas lutas no processo histórico brasileiro e contribuiu como parte da identidade nacional brasileira e a sua valorização como memória a ser preservada.

² JONGO, patrimônio imaterial brasileiro. IPHAN. Portal IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/JongoPatrimonio%20Imaterial%20Brasileiro.pdf>>. Acesso em: jul.2019.

Capítulo I - O Dançar e a Manutenção da Memória Ancestral. O Jongo como Resistência.

1.1 O Jongo do Sudeste

“Nossa senhora do Rosário, Saravá São Benedito, aê”³

O presente trabalho busca ressaltar a importância da manutenção de uma memória ancestral que apresenta-se por meio da dança, do canto e dos sons dos tambores. A narrativa de uma história não se restringe às páginas de livros, pode estar na expressão corporal de um povo que resistiu e resiste a inúmeras dificuldades, no seu cuidado com os instrumentos e perpetuação de um saber que apenas será entendido em sua completude, quando vivenciado. Deste modo, proponho uma reflexão acerca da compreensão de uma expressão afro-brasileira que, ao romper com o sinônimo de balbúrdia, tornou-se patrimônio cultural brasileiro, utilizando da memória ancestral como modo de resistência e de conhecimento sobre os negros no país, afinal, Pedro Navas observa que:

A memória dos que envelhecem (e que transmite aos filhos, aos sobrinhos, aos netos e a lembrança dos pequenos fatos que tecem a vida de cada indivíduo e do grupo com que ele estabelece contatos, correlações, aproximações, antagonismos, afeições, repulsas e ódios) é o elemento básico na construção familiar. Esse folclore jorra e vai vivendo do contato do moço com o velho – porque só este sabe que existiu uma determinada ocasião o indivíduo cujo conhecimento pessoal não valia nada, mas *cujá evocação é uma esmagadora oportunidade poética*.⁴

A citação retrata sobre a transmissão da memória daqueles que envelhecem, difundindo conhecimento acerca de uma determinada situação aos mais novos, acarretando a esmagadora oportunidade poética como acima citado. O trecho cai como uma luva para entender o Jongo do Sudeste, uma expressão poético-coreográfico-musical, característica das comunidades negras, das zonas rurais e periféricas do sudeste brasileiro, tendo o objetivo de transmitir a memória oriunda dos negros escravizados.

³ CD-livro Jongo do Quilombo São José. Gravado ao vivo em outubro de 2004 na Comunidade Remanescente de Quilombo São José da Serra. Realizado pela Associação Brasil Mestiço, tendo como coordenadores da produção Marcos André e Luciane Menezes e textos escritos por Antônio do Nascimento Fernandes, Hebe Maria Mattos e Marcos André.

⁴ GUIMARÃES, Manoel. *O presente do passado: as artes de Clío em tempos de memória*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.25. In: ABREU, M., SOIHET, R & GONTIJO R. (org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Encontrado também com outras duas denominações, caxambu ou tambu, o Jongo tem como base três elementos chaves para seu acontecimento, sendo o primeiro deles os tambores, contendo uma sonoridade mais grave e chamados de tambor grande, e o tambor candongueiro, de som mais agudo; O segundo aspecto está na dança, como expressão de uma transmissão corporal e cultural do Jongo. Por último, os “versos cantados”, denominados como pontos, pois, a transmissão deste saber realiza-se por meio da história oral, ou seja, dos mais velhos aos mais jovens, com finalidade de preservar a história e a cultura negra.

Vale ressaltar que os pontos de jongo são entoados como forma de resistência e respeito a ancestralidade, uma vez que os versos são utilizados em um primeiro momento como forma de comunicação entre os negros, sem que os senhores pudessem compreender o que era entoado e posteriormente como preservação da memória dos ancestrais que lutaram em busca da liberdade, o cantar, tocar e dançar é relembrar e agradecer aqueles que lutaram na busca por direitos, identidades, laços familiares, afetividades.

O jongo é uma dança de roda, que foi praticada por escravizados e libertos mantendo-se vivo por meio de seus descendentes. O formato no qual se apresenta tem destaque por meio de um casal que dança no centro, ao som dos tambores, enquanto o cantor inicia um verso repetido em coro pelos demais participantes que compõem a roda. A substituição do casal de dançarinos é feita mediante a entrada de outro casal roda. Normalmente inicia-se a roda pelos mais velhos, como forma de respeito a sua sabedoria e agradecimento aos ancestrais.

É importante salientar que só recentemente a dança pode ser praticada por crianças, segundo os jongueiros velhos (modo de referência aos mais antigos) relatam a proibição das práticas até a adolescência. Cada comunidade jongueira definia quando os mais jovens poderiam começar a dançar, no entanto, a mudança ocorreu mediante a morte dos jongueiros velhos e o receio de que a tradição não continuasse a ser transmitida. Uma vez que os ensinamentos são feitos por meio da oralidade, percebeu-se a necessidade de colocar os mais jovens em contato com esse rico conhecimentos, cada vez mais cedo.⁵

⁵ UMA RESENHA com tia Maria do Jongo. Direção: império serrano museu virtual, Rio de Janeiro: documentário, 2014. (27min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ffzOeD3Wf5U>>. Acesso em: julho de 2019.

1.2 Jongo, origem e resistência.

Na tentativa de entender o jongo, deve-se pensar no contexto histórico no qual surgiu, além de quando e como se praticava. Conforme descrito no primeiro parágrafo deste capítulo, a aparição do Jongo ocorreu nas comunidades negras, zonas rurais e periféricas. A peculiaridade desta prática está em seu registro geográfico, dado que, a tradição jongueira no Brasil se concentra na região Sudeste, marcada pelas antigas rotas de tráfico ilegal, as comunidades jongueiras guardam diferentes memórias do período do Brasil Império.

Os praticantes desta expressão afro-brasileira estão localizados em sua maior parte em três regiões do Estado do Rio de Janeiro: no Vale do Paraíba, no Litoral Sul Fluminense e no Litoral Norte Fluminense. Refletir sobre a história do Jongo, é pensar em um período de escravidão no país, uma vez que, com a eventual queda da produção do ouro no século XVIII, iniciou-se no século XIX as grandes plantações de café no Sul Fluminense, aumentando o número de escravos ilegais a adentrarem para trabalho escravo nas lavouras de café

Para o entendimento deste período escravista no Brasil, utilizaremos a leitura do livro *Pelos Caminhos do Jongo e do Caxambu: História, Memória e Patrimônio*⁶. O livro escrito por jovens historiadores, orientados pelas professoras Hebe Mattos e Martha Abreu que trabalham diretamente com o Jongo/Caxambu. Torna-se parte de uma ação que envolve comunidades jongueiras, a Universidade Federal Fluminense (UFF), o Ministério da Cultura e o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (IPHAN).

A análise dos autores permite refletir sobre o período do ciclo cafeeiro e os milhares de escravizados que vieram para o trabalho forçado nas lavouras. A exemplo desta exploração, o Vale do Paraíba passa então, a ter sua geografia transformada para plantio deste produto e se torna um grande local de escravizados no país. Esses

⁶ MATTOS, Hebe; Abreu, Martha. *Pelos Caminhos do Jongo e do Caxambu. História, Memória e Patrimônio*, vol. 1. Niterói: UFF NEAMI, 2009.

escravizados eram trazidos da região africana atualmente conhecida como Angola como os autores descrevem:

Os escravos trazidos para o Sudeste do Brasil vinham, em sua grande maioria, da região Centro-Ocidental da África, em especial de uma ampla região conhecida como Congo-Angola. Esses africanos pertenciam a etnias variadas, podiam ser Benguelas, Congos, Cabindas, mas pertenciam a um mesmo grupo linguístico-cultural, conhecido por *Bantu*. Eram os *negros-bantus*, depois seus filhos e netos, que nas senzalas do Sudeste brasileiro cantavam e dançavam o Caxambu, em códigos e linguagens que lhes eram próprios, construídos na experiência do cativo, mas com um referencial em comum: A África dos povos *Bantus*.⁷

A situação na qual os escravos eram inseridos reflete diretamente no significado que passa a ter escravidão. O indivíduo retirado de seu país, de sua família, passa a ser considerado posse de outra pessoa, um bem, uma propriedade. Pensar que milhares de pessoas foram classificadas desta maneira, retrata um período de importante foco para que não haja repetições desta atrocidade. Cogitar que alguém possa ter o controle do tempo, corpo, mente (pela imposição de uma religiosidade europeia) demonstra ainda mais resistência por meio dos escravizados que conseguiram pensar em estratégias para a distração ou códigos de sobrevivência. A resistência se deu por diversas formas, dentre elas, a entoação dos pontos de Jongo.

O surgimento do Jongo no Brasil apresenta conexão com o mundo Atlântico. Para além dos sofrimentos, a carga cultural, musical, expressiva e corporal esteve presente junto a estratégias de melhorias cotidianas, sabiamente utilizadas como resistência pelos escravizados que viviam em meio a diferentes formas de cerceamento, violências e torturas. Outro ponto importante deste contexto histórico pode ser percebido na imposição religiosa presente desde a colonização portuguesa, a influência da religiosidade europeia está presente até hoje nos cantos dos pontos de jongo, visto que os jongueiros faziam/fazem alusões e referências aos santos católicos.

Com a intenção de aproximar a narrativa de *Pelos Caminhos do Jongo e do Caxambu: História, Memória e Patrimônio*, utilizaremos dos escritos de Robert Slenes. Consagrado estudioso do tema afro-brasileiro, conseguiu verificar por meio de suas pesquisas as conexões Brasil-África através da expressão artística, econômica e

⁷ MATTOS, Hebe; Abreu, Martha. *Pelos Caminhos do Jongo e do Caxambu. História, Memória e Patrimônio*, vol. 1. Niterói: UFF NEAMI, 2009, p.15.

linguística. Mesmo havendo algumas mudanças, Slenes percebe que a cultura pode cortar o oceano e tentar manter vivas as tradições além mar. Ambos trabalhos nos ajudam a entender a diversificação cultural ocorrida no país por meio da presença africana. Retirando uma antiga memória social dos negros ligados ao sofrimento. A diversidade cultural produzida devido a inúmeros africanos e diversas etnias no Rio de Janeiro, torna o carioca singular.

1.3 - Contexto Histórico e o Jongar, uma prática documentada

O processo de documentação do Jongo do Sudeste teve seu início por meio de inúmeros folcloristas, que ao identificarem sua singularidade, passaram a descrever em seus livros a prática jogueira. Oswald de Andrade⁸ é um exemplo dos folcloristas que primeiro registraram de forma pejorativa a “dança de negro”⁹. Além dos folcloristas, encontramos escritos de pesquisadores estrangeiros de outros países como França, Estados Unidos e Áustria que, sob a ótica da estranheza, visitaram e registraram os “batuques” nas fazendas de café do interior do Rio de Janeiro.

O aumento de pesquisadores sobre as fazendas de café trouxe antropólogos e etnomusicólogos ao campo do dançar. Somente a partir da década de 80 do século XX historiadores entraram de fato na roda deste saber, dirigindo-se para além do contato e intermédio da narrativa de antropólogos e sociólogos. A década de 80 foi importante para o país, iniciando pela saída de um período ditatorial e impulsionando a mudança e reestruturação da grade curricular das Universidades, havendo maior abertura para estudos ligados a cultura.

Para a Historiografia, a inclusão de uma História Social da Cultura no currículo escolar, possibilita a abertura para trabalhos ao campo social, gerando um inesgotável cenário de estudos e interpretações, ampliando assim, debates e atualizações necessárias na história do país. A abertura para estudos sobre temas populares não se restringiu apenas ao campo da História, com a promulgação da mudança da Constituição de 1988 também

⁸ Oswald de Andrade (1890-1954) foi escritor e dramaturgo brasileiro. Fundou junto com Tarsila o "Movimento Antropófago". Foi uma das personalidades mais polêmicas do Modernismo. Era irônico e gozador, teve uma vida atribulada, foi militante político, foi o idealizador dos principais manifestos modernistas. Ao lado da pintora Anita Malfatti, do escritor Mário de Andrade e de outros intelectuais organizou a Semana de Arte Moderna de 1922. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/oswald_andrade/>. Acesso em: jul. 2019.

⁹ Diálogos (Maringá. Online), v. 16, n.2, p. 707-738, mai.-ago./2012.

houve novas perspectivas para o estudo do Patrimônio no Brasil. A inclusão do Patrimônio Imaterial, no mesmo período possibilitou as práticas culturais afrodescendentes serem reconhecidas como importantes expressões e colaborando para a identidade nacional brasileira, sendo assim, uma memória a ser preservada.

“Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais material e imaterial.”¹⁰

Nesse sentido, falar de Jongo é falar da história do país, de suas origens. Perceber a importância do Jongo do Sudeste é valorizar as lutas do povo negro no processo histórico brasileiro, contribuindo para o seu reconhecimento como parte da identidade nacional e a valorização por meio da preservação da memória. Contudo, será desenvolvido a abertura no campo patrimonial no capítulo II deste trabalho, por hora, retornaremos a refletir sobre os escritos de grandes pesquisadores que contribuíram para o pensar o Jongo no contexto histórico.

Para isto, foram realizadas leituras que abarcavam o entendimento do jogar, podendo citar como exemplo Silvia Hunold Lara, Gustavo Pacheco, Hebe Mattos e Martha Abreu. Esses autores contribuíram para os estudos sobre a área cultural guiados pela pesquisa de Stanley J. Stein. O historiador norte americano, residiu no Brasil e iniciou seu trabalho em 1947, especificamente no interior do Rio de Janeiro para uma pesquisa de perspectiva econômica sobre o vale do café. Entretanto, passou a gravar alguns pontos de jongo que mais tarde seriam utilizados como base de inúmeros trabalhos dentro e fora da historiografia.

Silvia Hunold Lara em *Vassouras e sons do cativoiro*,¹¹ retrata o processo de vinda e pesquisa de Stein ao Brasil e demonstra que mesmo com um olhar voltado para a história econômica, o pesquisador traçava um interesse pela cultura local. O norte-americano pode ser entendido como um marco da mudança da historiografia e uma abertura entre os estudos econômicos para os estudos de história social. O detalhamento das violências

¹⁰ Patrimônio Imaterial. IPHAN: Brasília, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: jul. 2019.

¹¹ LARA, Silvia. *Vassouras e os sons no Brasil*. In: LARA, Silvia & PACHECO, Gustavo (org.). *Memória do jongo. As gravações históricas de Stanley Stein, Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro/Campinas, Folha Seca/Cecult, 2007.

sofridas por escravos e os modos operantes da produção local ganham autenticidade no decorrer de seus capítulos como aponta Lara:

“O mais interessante e inovador deste livro, porém, é que estes temas são tratados tendo em vista os agentes sociais. Claro que as forças econômicas estão presentes, mas o foco principal é o modo como aventureiros, fazendeiros, escravos, libertos, comerciantes e mascates viviam e se movimentavam no cenário.”¹²

Ao provocar novas leituras do período cafeeiro por meio dos agentes sociais, possibilitou que historiadores analisassem cenário popular, o próprio Stein descreve que seu objetivo de estudo estava entrelaçado ao crescimento comercial dos produtos para exportação, como tabaco, ouro e café, mas, seu trabalho sobre Vassouras ganhou destaque por dar “voz” aos escravos, contribuindo desta forma para o estudo do período cafeeiro no Brasil. E como liga-se o estudo de Stein, a essa “voz” escrava? Por intermédio das gravações entre 1948 e 1949 feitos através de bobinas, o autor capturou alguns pontos de jongo e comentou sobre esse feito em *Uma viagem maravilhosa*¹³: “Transcrevi alguns pontos que me foram cantados e registrei outros no gravador de fio que houve oportunidade, mas a verdadeira importância do que tinha captado me escapava”¹⁴– Logo, retomamos aqui a ideia de que a importância da abertura e mudança para pensar a história por meio da História Social. Sem perceber, Stein possibilitou que novos olhares e questões fossem apontados por meio de seus estudos, as gravações que em um primeiro momento passaram despercebidas, atualmente são fontes de estudo para inúmeros pesquisadores.

A pesquisa do historiador e antropólogo Gustavo Pacheco em *Memória por um fio: as gravações históricas de Stanley J. Stein*¹⁵ apresenta por meio da leitura de Stein a importância das gravações. De modo a iniciar uma busca pelas gravações com a esperança de recuperar os arquivos sonoros que poderiam ajudar na investigação e na pesquisa da cultura negra. Pacheco, estabeleceu contato com Stein em 1999, mas somente em 2003

¹²LARA, Sílvia. *Vassouras e os sons no Brasil*. In: LARA, Sílvia & PACHECO, Gustavo (org.). *Memória do jongo. As gravações históricas de Stanley Stein, Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro/Campinas, Folha Seca/Cecult, 2007. p. 52.

¹³Stein, Stanley J. *Uma viagem maravilhosa*. In: *Memória por um fio: as gravações históricas de Stanley J. Stein*. In: LARA, Sílvia & PACHECO, Gustavo (org.). *Memória do jongo. As gravações históricas de Stanley Stein, Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro/Campinas, Folha Seca/Cecult, 2007.

¹⁴Stein, Stanley J. *Uma viagem maravilhosa*. In: *Memória por um fio: as gravações históricas de Stanley J. Stein*. In: LARA, Sílvia & PACHECO, Gustavo (org.). *Memória do jongo. As gravações históricas de Stanley Stein, Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro/Campinas, Folha Seca/Cecult, 2007. p. 41.

¹⁵PACHECO, Gustavo. *Memória por um fio: as gravações históricas de Stanley J. Stein*. In: LARA, Sílvia & PACHECO, Gustavo (org.). *Memória do jongo. As gravações históricas de Stanley Stein, Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro/Campinas, Folha Seca/Cecult, 2007.

obteve com surpresa os valiosos áudios que demorara tanto para conseguir, possibilitando a recuperação e continuação sobre as canções escravas.

Ainda faltava analisar e estudar os áudios, esta foi a segunda etapa desenvolvida por Pacheco ao conseguir suas tão valiosas fontes de trabalho em mãos. Foi com ajuda do departamento de História da Unicamp e de Silvia Lara que as histórias contidas nas bobinas passaram a ser analisadas. A recuperação de 60 pontos de jongo ganhou outro destaque e ajudou a marcar os estudos de jongs no país. Um dos mais conhecidos por frequentadores de roda ou por estudantes da expressão afro-brasileira é a faixa três das gravações de Stein:

Tava dormindo cangoma me chamou
Levanta povo cativo já acabou
Tava dormindo cangoma me chamou
Levanta povo cativo já acabou.¹⁶

O verso acima demonstra a direta associação da abolição da escravidão com a percepção dos jogueiros acerca do fato histórico, principalmente ao ativarem memórias por meio dos versos. Pacheco ressalta a característica dos pontos e explica como é iniciado um verso na roda de jongo. Segundo o autor:

Os jongs ou pontos são cantados em português, mas com uma frequência apresentam palavras e expressões de origem bantu (por exemplo, *cangoma*, *mironga*, *cacunda*). Formados por versos curtos, os pontos são iniciados (tirados ou jogados) por um dos participantes e respondido pelo coro por alguns minutos até que um dos presentes ponha a mão sobre os tambores e grite “machado” ou “cachoeira!”, dando o sinal para que um novo ponto tenha início.¹⁷

Vale evidenciar a dificuldade para gravações de áudio no período da pesquisa Stein. Seu trabalho também se destaca por ser uma das poucas gravações dos pontos de jongo no Sul Fluminense, tornando-se uma das primeiras fontes de história oral da expressão afro-brasileira. Fato importante é que cada comunidade jogueira tem sua maneira de cantar, assim como a forma de tocar os tambores. Independente dessas

¹⁶ PACHECO, Gustavo. *Memória por um fio: as gravações históricas de Stanley J. Stein*. In: LARA, Silvia & PACHECO, Gustavo (org.). *Memória do jongo. As gravações históricas de Stanley Stein*, Vassouras, 1949. Rio de Janeiro/Campinas, Folha Seca/Cecult, 2007. p.27.

¹⁷ Op.cit, 25.

variantes, a alegria de dançar, de umbigar e de reverenciar os ancestrais são características em comum das comunidades jongueiras do Sudeste.

A memória escrava também ganhou contribuições de Hebe Mattos e Martha Abreu. Partindo do esforço de pensar a memória do tráfico atlântico de escravizados, as pesquisadoras – ambas desenvolvendo pesquisas na Universidade Federal Fluminense e diretamente ligadas ao de mapeamento das comunidades jongueiras – possibilitaram ampliar conhecimentos e saberes acerca da memória escrava, bem como, refletir sobre a cultura afrodescendente e sua parcela na construção da sociedade brasileira.

A colaboração das autoras contribui de modo peculiar para este trabalho, uma vez que a pesquisa desenvolvida pelas mesmas possibilita que historiadores voltem a trabalhar no campo da história cultural e patrimonial. Em “*Jongo, registros de uma história*”¹⁸ as historiadoras traçam o processo histórico do jongo, junto à seus registros de bens culturais brasileiros. Uma expressão marginalizada que mediante a muitas lutas conseguiu transformar a expressão de “preto” em Patrimônio Imaterial Brasileiro, o jongo passa então a ser para além das gravações de Stein, se torna uma expressão viva e que traça estratégias cotidianas para que sejam reconhecidos no século XXI.

A partir do momento em que a expressão deixa o interior fluminense para se tornar patrimônio do Brasil, demonstra sua constante luta por reconhecimento e unifica campos da história, antropologia, patrimônio e sociologia importantes nos dias atuais. Como por exemplo, a historiografia cultural apresentada aqui por meio do debate bibliográfico, a área do Patrimônio, da Memória que serão desenvolvidas com maior afinco ao longo deste trabalho.

O mapa cultural do jongo no século XXI nos leva para o passado, quase em linha direta com os grupos de africanos de língua bantu chegados à costa do Sudeste na primeira metade do século XIX. Mas também nos leva para o futuro, para um impressionante movimento de emergência étnica associado a luta contra a discriminação racial, pelo reconhecimento cultural e pela posse de terras tradicionais, empreendidos por comunidades de camponeses negros organizados por laços de parentesco.¹⁹

¹⁸ MATTOS, Hebe & ABREU, Martha. *Jongo, registros de uma história*. In: LARA, Silvia & PACHECO, Gustavo (org.). *Memória do jongo, as gravações históricas de Stanley J. Stein, Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro/Campinas, Folha Seca/Cecult, 2007.

¹⁹ Op.cit, 99.

A citação acima reforça o percurso histórico do jongo, sua força por meio da história oral e lutas contra a discriminação racial, intolerância e reconhecimento territorial, permitindo que a herança da ancestralidade e a resistência estejam presentes. O ato de dançar torna-se mais do que simples passos repetidos no decorrer do tempo histórico, é a busca por direitos e reconhecimento de um povo que ainda luta.

Ao documentar e ser estudado, o Jongo ganha novos admiradores e força para seguir adiante, assim como o esforço de muitos pesquisadores em destacar a prática em sala de aula. Os estudos bibliográficos sobre esse tema, contribuíram e contribuem para novas descobertas e trabalho em conjunto aos jongueiros, possibilitando trocas de saberes e oportunidades de ter em espaço acadêmico o popular, na tentativa de ressaltar o que a dança pode contribuir para o espaço universitário.

Capítulo II - Patrimônio é de quem? O cuidado com a memória

2.1 O Patrimônio entra em cena

Enquanto o Decreto de 1937 estabelece como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, o Artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira²⁰.

A narrativa deste capítulo direciona-se a questão patrimonial acerca de como bens de origem material e imaterial afetam a memória ancestral, expressa neste trabalho por meio do Jongo do Sudeste. Nesse sentido, apresentaremos ponderações sobre o processo de mudanças nos campos citados e como o reconhecimento da “dança de negro”²¹ ecoa na luta por direitos e manutenção de suas práticas. Uma das principais razões da escolha, consiste na hipótese de existir espaço na historiografia para maiores, mais densas e complexas reflexões acerca deste tema. Destacamos também, a importância de estratégias construídas – em meios a diferentes negociações e conflitos²² – na tentativa de salvaguardar o Jongo e de sua prática ancestral.

No Brasil, o no segundo mandato de Getúlio Dornelles Vargas (31 de janeiro de 20 de julho de 1934 à 29 de outubro de 1945) implementou o primeiro cuidado com as questões do Patrimônio por meio do Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937.²³ Este documento, estabelecia a criação do SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico

²⁰ Portal do Iphan. IPHAN: Brasília, 2014 Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: jul. 2019.

²¹ Diálogos (Maringá. Online), v. 16, n.2, p. 707-738, mai.-ago./2012. Disponível em: <ojs.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/download/36154/18714>. Acesso em: jul.2019.

²² Aqui fazemos alusão ao livro de João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e Conflitos*, onde os autores discutem e repensam o lugar do escravizado na sociedade escravista brasileira: nem sempre forma heróis, nem sempre foram vítimas. REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

²³ DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_Lei_n_25_de_30_de_novembro_de_1937_pdf.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

Nacional), ligado ao Ministério da Cidadania, o órgão tem como função orientar e fiscalizar o Patrimônio Cultural do país junto a tentativa de preservação dos valores históricos da cidade.

Ao ser reconhecido como importante objeto de resguardo, o patrimônio é intitulado como tombado, ou seja, registrado. Em um primeiro momento entendia-se por patrimônio as construções materiais, como igrejas, monumentos, paisagens e outros com grande valor arquitetônico e “simbólico” para a história do país. A importância do patrimônio pra sociedade brasileira dá-se pelo vínculo direto com bem matérias que exaltem a cultura brasileira. Como apresenta-se o Artigo 1 do Decreto nº25 de 30 de novembro de 1937:

Art. 1º Constituem o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.²⁴

Entretanto, o valor memorável da qual fazia-se parte da memória e exaltação no país estava interligado a uma lembrança colonizadora, ou seja, a preservação acontecia para móveis e imóveis que fossem da memória da colonização Portuguesa na sociedade. As restrições de memória do país acabam determinando os bens que querem resguardar e a narrativa que permitem contar, uma vez que proteger o patrimônio ligado a memória europeia é deixar uma pluralidade cultural brasileira sem foco.

Esta escolha está diretamente interligada ao período político e o tipo de memória que esse governo quer estabelecer em seu mandato. As escolhas das instituições e o modo de administrar o patrimônio, demonstra o poder de quem governa, podendo “diminuir” ou apagar diferentes memórias locais. Como o caso da não valorização do trabalho negro para as construções ou o trabalho indígena. Pouco é conversado e problematizado sobre a contribuição dos mesmos para a história do país. Somente com a inclusão dos bens de origem imaterial passou-se a reconhecer maior ligação cultural para além do europeu como descreve o próprio IPHAN:

“Reconhece-se a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado

²⁴ DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_Lei_n_25_de_30_de_novembro_de_1937_pdf.pdf>. Acesso em: jul. 2019. p.1.

pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.”²⁵

A afirmação destaca a importância do Patrimônio Imaterial e sua contribuição para a sociedade brasileira, pois, a mutabilidade que acompanha as novas gerações não atrapalha o cuidado dos guardadores do bem imaterial. O respeito com a história, o espaço onde habitam ou ensinam seus saberes, demonstram a resistência de seus trabalhos, o orgulho de suas histórias e a compreensão da diversidade que acompanha o Brasil. Em um passo de cada vez e nunca parando, o Jongo de Sudeste se firma como exemplo de identidade e diversidade nacional, junto à toda sabedoria dos jongueiros velhos

2.2 - Patrimônios culturais: Material e Imaterial

Para pensarmos as disputas sobre os bens culturais, se faz necessário refletir sobre algumas pesquisas acerca do tema patrimonial, como por exemplo, os estudos da socióloga Maria Cecília Londres Fonseca. A pesquisadora tem sua trajetória voltada para o campo do Patrimônio Cultural Brasileiro e suas políticas de preservação. Em seu trabalho *Para além da Pedra e Cal por uma concepção ampla de Patrimônio*²⁶ retrata o significado que o monumento material e artístico evoca para diferentes pessoas e como o estabelecimento de um bem cultural, está ligado a ordem material denominada como “antiga”.

Como o caso da memória europeia, o chafariz projetado por Mestre Valentim²⁷ no século XVIII no Rio de Janeiro pode ser lido como um marco de beleza e arquitetura para a cidade carioca. Construído para suprir as necessidades de água da população e abastecer as embarcações que ancoravam na praça XV, no antigo paço imperial, recebeu o título de

²⁵ Portal do Iphan. IPHAN: Brasília, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: jul.2019.

²⁶ FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da “pedra e cal”: por uma concepção ampla de patrimônio. *Revista Tempo Brasileiro*. Nº 147, out/dez 2001.

²⁷ Para leitura sobre quem foi Mestre Valentim e seus feitos: CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. Mestre Valentim. São Paulo: Cosac & Naify, 1999. CAVALCANTI, Nireu. O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004

Patrimônio Artístico em 1938²⁸ revela a importância para o patrimônio cultural material. Este monumento até então visto como uma herança deixada pelo Vice-Rei do Brasil, D. Luiz de Vasconcelos, não estabelece nenhuma menção aos escravizados pegando água no cotidiano da cidade, como cita Londres:

O exemplo da praça XV é significativo. Nela não é possível encontrar nenhuma marca ou menção, atualmente, à presença constante de escravos pegando água no chafariz do Mestre Valentim, que lá ainda permanece como peça excepcional do mobiliário urbano do século XVIII²⁹.

A peça excepcional, como definida por Vasconcelos, era parte do cotidiano dos transeuntes: escravizados, libertos, brancos pobres. Ao deixar de mencionar que essa importante peça era constantemente frequentado por escravos para a transportação de água na cidade do Rio para seus senhores, retrata que o tipo de memória ligado a construção europeia envolve uma memória dos escravizados para aquele local.

Logo, ao evidenciar a memória de um período colonial sem pensar o registro de diferentes presenças locais e os impactos deste monumento para a cidade, torna o chafariz do Mestre Valentim um transmissor de uma história restrita à visão europeia do monumento. O não questionamento do trabalho escravo que acontecia naquele local, ou a menção das trocas sociais acontecidas naquele período, que muitas vezes apareciam nos traços e nas pinturas dos artistas que circulavam na cidade, levam a reafirmação de uma escolha elitista como ressalta Cecília Londres:

A limitação, durante mais de sessenta anos, dos instrumentos disponíveis de acautelamento, teve como consequência produzir compreensão restritiva do termo *preservação*, que costuma ser entendido exclusivamente como tombamento. Essa circunstância veio reforçar a ideia de que as políticas de patrimônio são intrinsecamente conservadoras e elitistas, uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que referem os grupos sociais de tradição europeia, que, no Brasil, são, em sua maioria, os grupos identificados as classes dominantes.³⁰

²⁸ Portal do Iphan. IPHAN: Brasília, 2014: Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=2974> Acesso em: jul.2019.

²⁹ FONSECA, Cecília Londres. Para além da “pedra e cal”: por uma concepção ampla de patrimônio. *Revista Tempo Brasileiro*. Nº 147, out/dez 2001. p. 186.

³⁰ Idem, 189.

Com o tempo, algumas modificações relevantes ocorreram no SPHAN ³¹. O órgão em 1946 passou a ser denominado IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Outra modificação significativa aconteceu em sua estrutura e o modo de pensar os bens de ordem cultural por meio da inclusão de patrimônio imaterial na Constituição de 1988, segundo o documento:

A constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nos art.215 e 216 dispõe sobre o reconhecimento e a importância de serem preservados e valorizados os patrimônios materiais e imateriais dos diferentes povos que contribuíram e contribuem para a formação do Estado brasileiro³².

A ampliação do cuidado patrimonial presente na Constituição Brasileira de 1888 pode ser considerada de grande importância para estudiosos do tema, pois, ajudou no incentivo de novas pesquisas, paralelamente as mudanças que também ocorriam nos currículos universitários como a inserção dos estudos de ordem social com o olhar e críticas dos marginalizados historicamente. A abertura para novas narrativas no campo do patrimônio imaterial e diversidade popular, pensada aqui por meio de festas e danças folclóricas, enfatizam a grande relevância da Constituição de 1988. Principalmente ao percebemos a pluralidade e diversidade cultural brasileira, junto a diferentes expressões que no decorrer do tempo, lutam para se manter vivos e continuarem suas práticas.

Para entendermos o que a diversidade e a mudança do patrimônio significam o trabalho de pesquisa de Fabíola Nogueira da Gama. Em *Diversidade cultural e identidade nacional: Aspectos da política federal de registro de bens culturais de natureza imaterial*³³ a antropóloga analisa sobre as políticas de registros de bens culturais imateriais através da diversidade cultural e identidade nacional. Ajudando assim, a entender o aumento do debate acerca do tema e os decretos dos bens de natureza imaterial.

Mediante existente na cultura imaterial brasileira, a necessidade de haver leis específicas para a proteção deste bem culminou no Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000³⁴. Este Registro é de extrema importância por reconhecer a pluralidade de bens culturais no país, ajudando na preservação e valorização de culturas historicamente

³¹ Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

³² FERP, UGB; DO CANTO, Vanessa; OLIVEIRA, Luana. *O jongo de pinheiral: entre história, memória e direitos*. Simpósio, [S.l.], n. 2, out. 2017. ISSN 2317-5974. Disponível em: <<http://revista.ugb.edu.br/index.php/simposio/article/view/321>>. Acesso em: jul. 2019.

³³ Nogueira, Fabíola. *Diversidade cultural e identidade nacional: Aspectos da política federal de registro de bens culturais de natureza imaterial*. In.; Patrimônio Prática e reflexões. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

³⁴ DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000. Planalto.gov. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em: jul. 2019.

negligenciadas. Vale ressaltar que a principal diferença entre o patrimônio Material e Imaterial é o modo de salvaguardar, ou seja, o modo de proteção destes bens. Enquanto o primeiro segue linhas específicas de cuidado e reconhecimento de construções de “pedra e cal”, construções de origem material como exalta o texto de Cecília Londres, o segundo envolve o cuidado com pessoas, dinâmica e identidades de grupos sociais que lutam historicamente por reconhecimento. Nogueira descreve com clareza a importância do decreto de proteção do bem cultural:

A salvaguarda do patrimônio imaterial é realizada por meio da identificação, registro etnográfico, reconhecimento, acompanhamento periódico, divulgação e apoio. Trata-se de (re)conhecer e documentar o passado e presente de uma expressão cultural que é constante e permanentemente (re)produzida no cotidiano dos grupos sociais que mantém, de modo a identificar as formas mais adequadas de apoio à sua continuidade.³⁵

A autora evidencia a importância do registro e reconhecimento do patrimônio imaterial e entender o passado e presente dos grupos sociais para que os mesmos continuem a resguardar a cultura brasileira. Nogueira explica como o Decreto 3551 de 2000 estabelece uma organização dos bens, em livros de Registro, sendo quatro categorias distintas:

I - Livro de registro dos Saberes, onde estão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II- Livro de Registro das Celebrações, onde estão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III- Livro de Registros das Formas de Expressão, onde estão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas, lúdicas; IV- Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.³⁶

Ao IPHAN, coube a organização dessa diversidade e a mediação dos Registros das diferentes categorias. Para além do registro, as decisões e o desafio de estabelecer diálogos com memórias até então esquecidas demonstra importantes e preciosa a trocas, tendo como grande objetivo evidenciar e demonstrar a relevância destas diferentes categorias para as identidades e formação brasileira, como resalta Nogueira:

³⁵ Nogueira, Fabíola. *Diversidade cultural e identidade nacional: Aspectos da política federal de registro de bens culturais de natureza imaterial*. In.; Patrimônio Prática e reflexões. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007, p.6.

³⁶ Idibem,7.

O objetivo é dar visibilidade às múltiplas referências da diversidade cultural brasileira e a determinação de que o registro deve ter como referência “a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, identidade e a formação da sociedade brasileira” trouxe à tona novos desafios (e velhos problemas) nas tomadas de decisão quanto ao que registrar.³⁷

Pensar acerca da continuidade histórica e da relevância nacional para memória torna-se critério para a efetivação do registro, o processo para tornar-se uma expressão patrimônio, analisando a influência da mesma na sociedade e para cultura gera numerosos diálogos. Para além das pesquisas do mundo cultural, muitos desses “objetos” de pesquisa acadêmicos passaram a ser considerados bens culturais, abrindo possibilidades para novos olhares, indagações e reflexões a respeito desta importante mudança. Deste modo, continuaremos a refletir sobre o patrimônio cultural imaterial com a nitidez de que o desvalorizado, tendo o cuidado e critério do que denominar bem cultural do país.

2.3 Quando o campo vira patrimônio

Para entender a abertura dos registros imateriais e pesquisas acadêmicas, mencionaremos o trabalho da antropóloga Regina Abreu. No artigo intitulado *Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio*³⁸ a autora apresenta questões fundamentais na atuação de pesquisadores no campo patrimonial. Em um primeiro momento reflete sobre como a entrada de antropólogos no contexto dos bens imateriais tem contribuído com análises sobre o valor e o contexto social dos que tentam registro junto ao IPHAN. Em um segundo momento, questionam: como o campo, entendido aqui como o espaço de pesquisa pelos antropólogos, historiadores, sociólogos podem ampliar o debate acerca da patrimonialização.

O artigo mesmo tendo seu foco nos profissionais da antropologia, torna-se importante para lançar luzes sobre importantes temas que ultrapassam seu campo. Assim como estes pesquisadores, sociólogos, historiadores e seus peculiares modos de entender e pesquisar patrimônio, unem-se com o objetivo de ressaltar a importância dos registros

³⁷ Idibem,7.

³⁸ Abreu, Regina e Dinola, Sabrina. Desafios da patrimonialização do imaterial no caso da prática performativa do "jongo", in: Revista ACENO, V. 4, n. 7, 2017 <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/5179>

de saberes para a mudança de uma memória social e uma identidade nacional. Logo, como atuar em um uma atividade que se transforma em patrimônio?

Para a antropóloga, não é fácil atuar no local de pesquisa sem constantes reflexões acerca do tema, mas também entender a interdisciplinaridade como grande condutor do seu trabalho. O diálogo com diversos profissionais e principalmente, os detentores de um saber para além das paredes universitárias apontam que questões enriquecedoras e de divergências que vem aumentando desde a década de 1980. Dentre estes a dificuldade de certificar culturas. Contudo, esta mesma certificação pode de algum modo viabilizar fomentos necessário para a manutenção dos patrimônios.

Além desses profissionais, a atuação do IPHAN, órgão responsável pelo planejamento, execução e incentivos aos bens de ordem material e imaterial mediam esses diálogos e tentam trabalhar com esse novo objeto que não é feito de pedra e cal. Seguindo uma política de mudanças na UNESCO em 1990 que tentava proteger as “culturas tradicionais” mediante a ocidentalização do planeta, Abreu destaca que:

Nos anos 90, começaram a surgir com intensidade preocupações relativas ao que os documentos da Unesco chamavam de “culturas tradicionais”. Por um lado, levantava-se o temor do desaparecimento dessas culturas em face da mundialização das culturas que tenderiam a homogeneizar e ocidentalizar o planeta. Por outro lado, eram manifestadas preocupações de que os produtores dessas “culturas tradicionais” viessem a ser saqueados por novas modalidades de pirataria na dinâmica do capitalismo globalizado.³⁹

Mediante abertura interna e global de pensar o patrimônio imaterial, junto aos debates acerca da proteção do cuidado para com as “culturas tradicionais” desde 1990, a UNESCO propõe à diferentes nações a ampliação de políticas de patrimônio em âmbito nacional e internacional. Alguns anos depois, realizada especificamente no ano de 2003, o acordo de Paris teve como propósito entre as nações presentes pensar e instaurar políticas específicas de preservação patrimonial, as chamadas salvaguardas, uma vez que o processo de transformação social estava em evidência. Em caso contrário poderia haver o desaparecimento dos bens culturais.

³⁹ Abreu, Regina e Dinola, Sabrina. Desafios da patrimonialização do imaterial no caso da prática performativa do "jongo", in: Revista ACENO, V. 4, n. 7, 2017 <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/5179>, p.47.

Reconhecendo que os processos de globalização e de transformação social, ao mesmo tempo em que criam condições propícias para um diálogo renovado entre as comunidades, geram também, da mesma forma que o fenômeno da intolerância, graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição do patrimônio cultural imaterial, devido em particular à falta de meios para sua salvaguarda.⁴⁰

A partir do momento algumas comunidades e grupos étnicos poderiam vir a desaparecer e, com eles, suas práticas culturais, ficou evidente a salvaguarda e o fomento dessas práticas seriam essenciais para sua manutenção e transformação social, tonando o não desaparecimento dos patrimônios culturais possível. Ao entrar no campo de patrimônio percebe-se que a para que as manutenções são necessárias diversos elementos para que aconteça a continuação do patrimônio. Universidades, os detentores de saber, o modo que o patrimônio estabelece contato com local em que se propõem a cuidar/permanecer, a relação dos desconhecidos que chegam nos locais, como é o caso do turismo formam uma rede de apoio para os fenômenos de intolerância ou graves cortes financeiros as áreas culturais. O patrimônio imaterial e o Jongo do Sudeste é o fazer em conjunto para que se consiga superar qualquer dificuldade e o desaparecimento do bem cultural brasileiro.

⁴⁰ RECOMENDAÇÕES Paris. Iphan.gov. 17 de out. 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%202003.pdf>>. Acesso em: jul. 2019. p.3.

Capítulo III- A história dos antepassados merece ser respeitada: a utilização da memória como luta por igualdade e busca por direitos

3.1 - Jongo: patrimônio de quem?

“Minha raiz é negra, veio de Angola distante
Nas margens do Paraíba, em Pinheiral, Meu Caxambu responde”⁴¹

No Brasil, relembramos que as políticas internas direcionadas a favor de bens imateriais ganha destaque pelo decreto 3.551 em 30 de novembro de 2000. O incentivo deste projeto federal chamou atenção de alguns grupos, dentre eles, o jongo do Sudeste. Pelo fato de conseguirem o reconhecimento da sua expressão reconhecida pelo Estado possibilita a identidade dos jongueiros na luta de por direitos e tiram o olhar de balbúrdia desta prática, assim, este capítulo irá traçar o processo de reconhecimento do Jongo do Sudeste como patrimônio imaterial brasileiro.

As mudanças políticas no Brasil no mesmo entre 2001 e 2002, possibilitou o reconhecimento do jongo como patrimônio. Luis Inácio Lula da Silva ganhara as eleições como presidente da República, sua pauta de campanha, constava o cuidado com a cultura popular e para com as populações historicamente marginalizadas. Para formação de Ministros o então presidente, Lula, como popularmente é conhecido propõe à Gilberto Gil o Ministério da Cultura, o ministro conhecido pelo cuidado com a cultura e música ajuda para o início do título de patrimônio aos jongueiros.

Em 2001 o grupo de jongueiros da Serrinha, comunidade do bairro de em Madureira no Rio de Janeiro junto a associação da Comunidade Negra de Remanescentes de Quilombo da Fazenda de São José da Serra no município de Valença, solicitaram junto ao IPHAN que as comunidades jongueiras, fossem reconhecidas como bem Imaterial do Brasil pela prática do Jongo. Acompanhados de um inventário realizado pela equipe do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular entregaram um amplo trabalho como prova da importância de sua candidatura enquanto patrimônio Imaterial, o documento

⁴¹ O ponto “Minha raiz é negra” foi criado pelo professor Alexandre Carvalho dos Santos do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Valdeci Francisco da Silva do Grupo jongo de Pinheiral.

consistia em demonstrar a luta dos descendentes de escravos ao longo dos anos para manter vivo a expressão afro brasileira.

Logo após Gilberto Gil iniciar os trabalhos como ministro recebeu uma carta da comunidade jongueira para que reconhecesse do jongo como patrimônio cultural brasileiro. Os encontros dos jongueiros e organização nos anos posteriores embasaram a decisão para conquista do título de patrimônio ocorrida no dia 15 de dezembro de 2005. Antônio Augusto Arantes Neto, ex presidente do IPHAN, conferiu o título de Patrimônio Cultural do Brasil ao Jongo do Sudeste, reconhecendo assim, a importância do mesmo para a cultura popular brasileira.

Em 2006 foi publicado o decreto 5.753 que promulgava a convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Este decreto estabeleceu ligação direta com o acordo de Paris, ratificando a importância da proteção as culturas de valor imaterial. Para ajudar a entender essa conexão entre Jongo e o decreto de salvaguarda, a leitura de Elaine Monteiro foi de suma importância. Ligada ao departamento de Educação da UFF, a pesquisadora tem vasta experiência nos trabalhos ligados à cultura afro-brasileira e com patrimônio imaterial negro. Em seu artigo com a doutora Mônica Sacramento no artigo intitulado *Pontão de Cultura de bem registrado e salvaguarda de Patrimônio Imaterial: a experiência do Jongo no Sudeste*⁴² mesmo havendo dificuldades, em 2006 junto a parceria do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular⁴³ houve uma reunião para se pensar políticas públicas de salvaguarda do jongo.

Vale ressaltar que a salvaguarda é o modo de cuidado específico para este bem imaterial. Pensar em Salvaguarda, é pensar em meios de sua manutenção e intensas trocas para o fortalecimento do bem patrimonial. Por meio de reuniões, debates, apresentações e escutas, o documento é um referencial para o cuidado imaterial e reafirma o acordo de Paris junto a constituição brasileira. O Plano em si é repleto de singularidade, demonstra a dispersão territorial dos detentores da prática de Jongo e as tensões territoriais presentes no espaço de habitação. É de grande importância ressaltar documentação e o “aparato”

⁴² *Pontão de Cultura de bem registrado e salvaguarda de Patrimônio Imaterial: a experiência do Jongo no Sudeste*. Políticas culturais teorias e práxis.2017. jul.2019 <http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/pontao_de_cultura_de_bem_registrado_e_salvagrada_de_patrimonio.pdf>.

⁴³ Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. CNFCP, jul.2019 <http://www.cnfcp.gov.br/>.

das comunidades negras, vem sendo pensados pelos jongueiros desde 1996, quando se reuniram para discutir a preservação e manutenção do Jongo do Sudeste.

Em 2007 houve a ampliação de recursos para a construção de políticas públicas de salvaguarda de bens registrados, neste incentivo criou-se em 2008 o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu que tem como função organizar ações para as comunidades jongueiras. Seu suporte começa nas salas universitárias ampliando-se para as comunidades jongueiras. Assim, jongueiros, Universidade Federal Fluminense e o IPHAN passam então a articular juntos, reflexões acerca de estratégias para proteção deste bem imaterial. Monteiro e Sacramento destacam o modo de articulação e função do Pontão de Cultura:

Entre as ações de articulação e distribuição, estão: realização de reuniões e eventos de articulação das comunidades; assessoria às comunidades para melhoria das condições materiais de realização de suas atividades; instituição de prêmios para viabilizar ações específicas das comunidades; realização de levantamento e análise de perfil social das comunidades e articulação de políticas públicas locais em benefício das mesmas a partir da sistematização e análise dos dados levantados.⁴⁴

Pensar em mecanismos de cuidado relacionado ao patrimônio imaterial é entender que este bem é formado por diversos sujeitos, logo, deve-se pensar em como resguardar as mesmas. Mas como manter um patrimônio composto por inúmeras pessoas? Que políticas são capazes de assegurar que a manutenção realmente seja feita, levando em consideração a gritante desigualdade no país?

Não acreditamos em soluções certas e imutáveis ao contrário, é no decorrer do tempo e do contínuo debate, parcerias e conversas serão percebidas as limitações de cada estratégia apresentada na salvaguarda do Jongo do Sudeste. O dinamismo e a melhora na condição de vida daqueles que detém o saber é indispensável para a continuação da transmissão dos conhecimentos e saberes ancestrais registrados como patrimônios culturais. Principalmente para as comunidades negras e indígenas que vivem em extrema pobreza, falta de empregos e acesso a direitos básicos.

⁴⁴ Pontão de Cultura de bem registrado e salvaguarda de Patrimônio Imaterial: a experiência do Jongo no Sudeste. Políticas culturais teorias e práxis.2017. jul.2019, p.5 <http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/pontao_de_cultura_de_bem_registrado_e_salv guarda_de_patrimonio.pdf>.

Dos vinte e três bens registrados como patrimônio cultural do Brasil na primeira década do século XXI, pode-se seguramente afirmar que dezenove deles estão direta ou indiretamente ligados, seja em suas origens seja por influência ou participação, ao importante papel que os indígenas, os africanos e seus descendentes desempenharam e desempenham na cultura brasileira e na construção e manutenção do patrimônio cultural do país. Trata-se de um tardio reconhecimento da diversidade multicultural da sociedade brasileira.⁴⁵

A citação acima descreve o reconhecimento e a influência da cultura afro-brasileira e indígena, mesmo que tardio. Estamos diante de um documento que visa resguardar a cultura de povos historicamente esquecidos. A organização da comunidade jongueira do sudeste na criação da Rede de Memória do Jongo, que unia pesquisadores, instituições interessadas na preservação desse bem e os próprios participantes. Esta rede de memória foi iniciada em 2008 com o objetivo de articulação entre os jongueiros e jovens lideranças jongueiras. Vale ressaltar que o encontro de jongueiros acontece desde 1996 e a sua mobilização resultou na obtenção do título de patrimônio. Sendo por intermédio da rede de memória do jongo os debates para melhoria e as reflexões acerca da salvaguarda do jongo.

O Plano de cuidado com a expressão cultural de 2013 apresenta estratégias e dificuldades para a manutenção do Jongo. Deve-se analisar as dificuldades de relacionamento entre os jongueiros com órgãos governamentais, entre elas as secretárias e prefeituras do Sul Fluminense. A falta de verba e articulação de apoio são as maiores críticas dos detentores de saberes imateriais. Para além disso, também foram propostas sugestões para a melhoria da convivência e do reconhecimento dos poderes públicos para com os jongueiros.

Nas sugestões estão encaminhamentos de projetos de leis federais, determinando percentuais orçamentários de estados e municípios para a cultura; criação para ferramentas de diálogos entre prefeituras e grupos; diminuição da “sensação de favor” e criação de mecanismos para além de alimentação e transporte, mas ainda se percebe o

⁴⁵ PLANO de salvaguarda do jongo no sudeste. Portal do Jongo – UFF, 2011. Disponível em: <http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/plano_de_salvaguarda_versao_final.pdf>. Acesso em: Jul. 2019. p.10.

bloqueio para com os governos municipal, estadual para a implementação de fomentos em atividades culturais, principalmente de expressão afro-brasileira.

Os itens estão ressaltados na salvaguarda por meio de tópicos. Em cada quesito, demonstra-se dificuldades e caminhos para que problemas possam ser resolvidos ou amenizados. Nesse sentido o reconhecimento do Jongo do Sudeste como patrimônio é perceber suas lutas no processo histórico brasileiro e contribuiu como parte da identidade nacional brasileira e a sua valorização como memória a ser preservada.

Contudo, o contato com os jongueiros exerceu um outro olhar para o registro e o Plano de Salvaguarda visto que, o registro do jongo como patrimônio cultural e o Plano ajudam na promoção de políticas para melhorias de vida dos jongueiros, para que mantenham vivo a tradição do dançar. Obter políticas públicas de manutenção do patrimônio é exercer o cuidado para com aqueles que fazem a manutenção da expressão afro descendente. Torna-se a salvaguardar os próprio jongueiros, pois, cuidar do patrimônio imaterial é zelar pela cultura e pelas pessoas, uma vez que lidar com patrimônio imaterial é lidar com pessoas.

3.2- Memória coletiva e novos olhares

Este capítulo – dialogando com os dois antecessores - se propõe a pensar as ações da salvaguarda do Jongo na prática, reflexão importante para a percepção da troca entre jongueiros e o público leigo, os quais tentam atingir. Compreender as minúcias entre emissor e receptor das práticas culturais e ancestrais ressalta as estratégias dos jongueiros para manutenção da prática dançante como forma de resistência. Dentre os principais mecanismos está a importância da memória e o uso desta por meio da história oral.

Entender os significados das diferentes memórias é fundamental para a reflexão e análise apresentadas neste trabalho. Edgar Salvadori de Decca, em “*memória e cidadania*”⁴⁶ ao trabalhar este conceito – memória - salienta questões acerca da memória social e a importância desta para o coletivo. Iniciando sua ponderação pelo livro sobre constituição da memória francesa, de Decca ressalta que a princípio a memória coletiva foi criada para o sentido de continuidade e preservação da sociedade, mas atualmente o individualismo fez com que houvesse perda deste coletivo. Entretanto, tem-se

⁴⁶ DECCA, Edgar Salvador de. Memória e Cidadania. In: O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de cultura – DPH, p.129-135, 1992.

necessidade de descobrir em que ou quais locais reside a memória coletiva. Nesta busca, o autor nos traz pistas de que a memória estaria na sabedoria dos silêncios e nos lugares pouco visíveis:

Poderíamos dizer que hoje a memória coletiva encontra-se refugiada em lugares pouco visíveis, preservada tenuamente por meio de rituais e celebrações onde alguns povos a mentem ciosamente resguardada do assalto da história, ou então em lugares mais imperceptíveis ainda, como em nossos gestos, nos saberes de nosso silêncio e em nossos hábitos.⁴⁷

No processo de redescobrimto de uma memória coletiva, De Decca aponta que, por maior que seja a memória individual, existem também diversas memórias coletivas, ou seja, na contramão de uma única história e identidade, surgem diferentes grupos reivindicando o seu lugar na narrativa histórica, utilizando a memória como estratégia para lutar contra as desigualdades. Assim, o uso da história oral se faz presente para demonstrar o valor do(s) grupo(s) historicamente esquecidos na busca por reconhecimento.

Este é o caso do Jongo do Sudeste, no qual a utilização da história oral como forma de ressaltar a memória do coletivo se faz presente desde o período da escravidão brasileira. Deste modo, o jongo se encaixa no campo das memórias preservadas nos lugares que poucos dão relevância, mas que contribuíram para o processo de desenvolvimento do país e se mantém vivo até hoje. Tal artifício utilizado pelos jongueiros, foi incorporado nas universidades a partir de 1980. A história oral para historiadores possibilitou novas pesquisas e perspectivas acadêmicas.

O modo de preservação até então utilizado apenas por grupos minoritários corrobora novas ponderações daqueles que adentram o campo da memória como forma de pesquisa, como por exemplo o trabalho de Pedro Simonard e Ana Carolina Borges. Em *memórias do cativo, Jongo e cidadania em Pinheiral*⁴⁸ os pesquisadores ressaltam a importância de analisar a memória do cativo juntamente aos jongueiros, evidenciando suas perspectivas acerca do tema.

⁴⁷ DECCA, Edgar Salvador de. Memória e Cidadania. In: O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de cultura – DPH, 1992. p.130.

⁴⁸ SIMONARD, Pedro; Borges, Ana Carolina Silva. Memórias do cativo, jongo e cidadania em Pinheiral. Revista Afro-Ásia, Salvador, nº58 p.77-96,2018.

A compreensão do tema da memória, pela ótica dos descendentes de escravos, é (re)pensar a relação da memória do cativo e como ela vem sendo construída pelos jongueiros do médio paraíba como forma de luta, mediante uma exclusão social ocorrida historicamente. As mudanças da narrativa histórica e a inclusão da memória dos escravizados e seus descendentes, que ainda não apareça em livros didáticos, vem demonstrando o esforço cotidiano das comunidades negras e jongueiras para que de fato possa ocorrer.

Simonard acompanhou o Jongo de Pinheiral entre 2005 e 2007, importante período para os agentes da prática dançante, na busca por direitos. O sociólogo destaca que neste período da pesquisa de campo, os materiais coletados deram à luz ao documentário chamado *Eu venho de longe*⁴⁹. Este trabalho não será analisado aqui, contudo, devemos evidenciá-lo por uma importante finalidade: a construção de projetos em conjunto com jongueiros. A importância de parcerias destacando a atuação jongueira contribui para o acesso e a visibilidade do Jongo e das pessoas que fazem sua proteção, reconhecendo que ao escutar os detentores deste saber contribui na proteção do bem imaterial.

Ao pensarmos a memória por meio da narrativa do jongueiro o autor aponta um importante fator, a desvinculação da história “oficial” uma vez que há quebra da lógica de personagens coadjuvantes para atores históricos, os jongueiros demonstram a sua luta, história e ressaltam os feitos de seus antepassados. Retirando-se da perspectiva de uma história triste e sofridora. A encenação do Jongo nos dias atuais realça que a história do negro no período escravista para além de inércia, o canto, a dança o modo de se cuidar dos tambores nos joga entre o passado e o presente tão estudado atualmente e que para ideia de lazer, estabelece formas com o domínio histórico dos antepassados que contribui para buscas por direitos, lembrando o texto de De Decca e o novo modo de diálogo com a memória em *Memórias do cativo, Jongo e cidadania em Pinheiral*:

No próprio processo de teatralização em suas apresentações, que demarcam uma memória nas próprias relações de sociabilidade dessa prática, que incitam um movimento cultural, que desvela o mundo histórico/tradicional, o contemporâneo/vivencial num tempo e espaço que escapa ao convencional, dando-lhe um formato próprio, compartilhado no e pelo indivíduo, no e pelo coletivo. No

⁴⁹ EU venho de longe. Direção: Pedro Simonard. Rio de Janeiro: documentário, 2010. (1h00). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FkINbw_c9m4>. Acesso em: jul. 2019.

cenário montado em suas apresentações coletivas, jovens, adultos, idosos coexistem nessa dança, nesse ritmo ou, ainda, num movimento de interação cambiáveis, em que o lazer quebrava a lógica do domínio completo e total sobre suas vidas.⁵⁰

A partir da citação supracitada, destacamos que a memória e a oralidade, evidenciam o papel dos antepassados para além de um olhar de dominados. Seus descendentes destacam com orgulho os feitos no período do café sem deixar de narrar os terríveis atos dos senhores para com os escravos. Assim os agentes territoriais por meio das mãos escravas, nos permitem refazer uma história pautada na visão e orgulho dos barões do café.

As lideranças jongueiras de Pinheiral tentam, então, recriar a mesma atmosfera vivida pelos seus ancestrais, dançando e se divertindo, perpetuando, assim, a cultura jongueira, ao mesmo tempo em que divulgam suas lutas e reivindicações. Praticar o jongo faz com que seus dançarinos e dançarinas não quebrem, jamais, sua ligação com a terra que recebe seus pés, com as almas evocadas que sacralizam o lugar, como o peso latente daquela exibição mágica que os liga aos antepassados.⁵¹

O (re)contar as memórias por meio da história oral nos encaminha para pensarmos quem são esses agentes de transformação em Pinheiral, em mais um entrelaço entre academia e jongueiros, podemos utilizar como ferramenta para entender a história de Pinheiral o DVD “*Passados Presentes: Memória Negra no Sul Fluminense*”⁵². O filme destaca a história dos descendentes de escravos na região, enfatizando a tradição oral utilizada pelos seus descendentes como forma de estratégia para o não esquecimento do período de tráfico ilegal ocorrido no Sul Fluminense.

A obra faz parte da coletânea de DVDs Passados Presentes e mostra por meio da narrativa dos jongueiros do Médio Paraíba, histórias do período de domínio da família Souza Breves na região do vale do café. No século XIX, Pinheiral foi residência José Joaquim de Souza Breves que dividia com seu irmão terras que cortavam o vale paraíba.

⁵⁰ SIMONARD, Pedro; Borges, Ana Carolina Silva. Memórias do cativo, jongo e cidadania em Pinheiral. Revista Afro-Ásia, Salvador, nº58,2018, p.85.

⁵¹ Op.cit, 86.

⁵² PASSADOS Presentes: memória negra no sul fluminense. Direção: Hebe Mattos e Martha Abreu. Rio de Janeiro: LABHOI-UFF, 2011 (43min.). Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=D629WbeRVU&list=PL1-1ZfnSk3LMTzI6-GfTxvTytwykYbgBL&index=8> Acesso em: jul. 2019.

A influência e poder destes irmãos na venda de café, pode ser explicada pela prática ilegal de contrabando de mão de obra escrava.

A primeira proibição do tráfico foi em 1831 por meio da lei Feijó, quando a imposição externa para o rompimento com a prática de mão de obra se tornara forte. Contudo, não impediu que a entrada ilegal de milhares de africanos acontecesse. Pesquisadores acadêmicos partindo da mudança na historiografia a partir da década de 80 do século XX entenderam que as narrativas dos descendentes de africanos escravizados poderiam adicionar novas informações para atualizações historiográficas. Ao comparar as pesquisas com histórias que o “povo conta” e documentá-los, chegou-se à conclusão que um mundo de conhecimento estava para ser escutado.

A fazenda São José dos Pinheiros, em Pinheiral pode ser o exemplo dessa troca de saberes. Os descendentes dos escravos que trabalhavam nas fazendas comandada por José Breves relatam as histórias que os pais e os avós lhes descreviam sobre o período da escravidão. As narrativas de uma comunidade à outra, seja Pinheiral ou Barra do Piraí traçam pontos em comum sobre a família Breves, bem como o modo de tratamento direcionado aos negros naquele período. As constantes fugas no vale do café para quilombos são destaques da memória coletiva e minoritária ganhando destaque para suas políticas de preservação das memórias, na tentativa de não esquecimento e apagamento dessa história.

Por meio das trocas entre pesquisadores e jongueiros a memória coletiva ganha novos olhares, possibilitando escutar as histórias que eventualmente eram pouco escutadas por aqueles de fora, entendido aqui por visitantes do médio paraíba e pelos próprios pesquisadores acadêmicos. O saber e a memória coletiva do povo negro, encaminha-se ao merecido e demorado destaque, mesmo que muito ainda necessite ser feito, como por exemplo, constar nos livros didáticos, nas salas de aula ou em visitas turísticas as antigas fazendas de café.

3.3 – Ações para (re)conhecimento da história negra

Para refletir sobre as ações de (re)conhecimento⁵³ do jongo nos basearemos no artigo sobre “A arte do “acolhimento”: novas perspectivas sobre a salvaguarda do jongo⁵⁴ do doutorando em antropologia social de João Alípio de Oliveira Cunha, retrata questões sobre o desdobramento de dois anos de pesquisa entre 2016 e 2018 com relação a casa do Jongo de Pinheiral. O autor fez trabalhos em conjunto com jongueiros para a implementação do turismo comunitário na cidade e continua mantendo elo estreito com a comunidade.

O artigo científico destaca o ambiente de atividade dos jongueiros como “lugar de acolhimento”. Nele, realiza-se a prática da salvaguarda do jongo de maneira que consigam a manutenção da prática cultural e dos próprios integrantes do grupo. Cunha ressalta a importância do fazer a salvaguarda pelos jongueiros, saindo da teoria do Plano de Salvaguarda e demonstrando a execução como principal agente de mudança e conquistas para o jongo.

Ao ponderar pela ótica jongueira devemos refletir sobre o processo de luta que os jongueiros de Pinheiral vêm praticando para a preservação do patrimônio imaterial e como suas lutas se tornam ações de identidade reafirmando seu espaço enquanto cultura no país. Em 1996 foi criado o Centro de Referências Afro do Sul Fluminense – CREASF, referência em atividades de luta contra racismo e busca por igualdade, o centro de referências desde 2009 também funciona como Pontão de Cultura.

“O Pontão de Cultura do Jongo/ Caxambu é um programa desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense, em parceria com quinze comunidades jongueiras do Sudeste, e a Rede de Jovens Lideranças Jongueiras do Sudeste. Enquanto proposta de articulação e fortalecimento das comunidades jongueiras, o programa procura mediar e atender necessidades e demandas das comunidades pertencentes aos "territórios jongueiros". Constitui-se como um campo de investigação sobre a cultura e a identidade

⁵³ A escrita do (re)conhecimento dá-se por entender que muitas pessoas ao adentram a casa do Jongo se surpreendem com a narrativa diferente da que escutaram no seu processo de formação, podendo assim, reconhecer a importância da casa do Jongo e da memória ancestral.

⁵⁴ CUNHA, João Alípio de Oliveira. A arte do “acolhimento”: novas perspectivas sobre a salvaguarda do jongo. In: Cadernos do Lepaarq, v. XVI, n.31., p. 163-175, Jan-Jun. 2019.

negra e sobre a construção de um projeto coletivo de salvaguarda de um bem registrado como Patrimônio Cultural do Brasil.”⁵⁵

O programa desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense tornou-se um mediador entre jongueiros e academia, neste ambiente desenvolveu-se inúmeras reflexões para o fortalecimento das comunidades jongueiras e estímulo as jovens lideranças para a continuação da expressão afro-brasileira. O projeto coletivo também debate sobre a salvaguarda do Jongo, possibilitando estratégias de manutenção deste saber que acontece nos espaços de atividade jongueira.

Cunha destaca que a casa do Jongo de Pinheiral é o local de acontecimentos das atividades e pode ser considerado o local de acolhimento. É neste espaço que o fazer, a manutenção da salvaguarda acontece, como é destacado na fala da liderança de Pinheiral Maria de Fátima da Silveira, conhecida como *Fatinha* através do pesquisador:

O acolhimento começa pela forma como a casa está organizada coletivamente pelos membros do grupo para recebermos visitantes. Cada sessão da casa, o pátio, a cozinha, a biblioteca, o “museu” e o quarto de hóspedes estão articulados num plano de trabalho gerado coletivamente, para oferecer um conjunto de serviços diferenciados para os visitantes. Grande parte do sentimento de pertencimento a casa, nasce durante a realização dessas tarefas, as quais vão mudando ao longo do ano, a depender das festividades rituais e dos eventos dos jongueiros.⁵⁶

O acolhimento como citado pelo pesquisador torna-se um diferencial para casa do Jongo de Pinheiral. O espaço geográfico assim como os próprios jongueiros permitem que os visitantes se sintam em seu lar, seja para uma rápida visita como para ajuda no desenvolvimento de pesquisas. Neste espaço também se faz presente pessoas de diferentes classes sociais e idades e escolaridades, tornando a comunidade de Pinheiral centro de inúmeras trocas e saberes.

Dentre das atividades proporcionadas pela casa, as atividades socioeducativas são as que tem mais destaque. Além da liderança Maria de Fatima, suas irmãs Maria Amélia da Silveira (Memeia) e Maria das Graças da Silveira (Gracinha) contribuem para o fazer em conjunto. As professoras, pensam em atividades que possam ser desenvolvidas no

⁵⁵Pontão de cultura jongo caxambu. Disponível em: <www.pontaojongo.uff.br/acao-coletiva>. Acesso em: jul. 2019.

⁵⁶CUNHA, João Alípio de Oliveira. A arte do “acolhimento”: novas perspectivas sobre a salvaguarda do jongo. In: Cadernos do Lepaarq, v. XVI,n.31. Jan-Jun. 2019. p.165.

âmbito escolar, dentro das salas de aulas ou ser explicado no local de acolhimento, contribuindo para o diálogo entre emissor e receptor.

Essas atividades que propiciam o (re)conhecimento do Jongo de Pinheiral como por exemplo, o livro da comunidade bordado à mão, feito por artesãos parceiros dos jongueiros, evidencia a história da cidade e contribui para a explicação da memória no Vale do Paraíba, propiciando uma interdisciplinaridade que ultrapassa as paredes de sala de aula.

No livro a comunidade ensina cenas de sua história e da região. Na segunda página há um mapa colorido do Vale, em que está desenhado o curso do rio Paraíba e a localização das comunidades jongueiras nas margens. No espaço de cada comunidade, costurados no mapa, há bonecos de casais de jongueiros com as roupas características de suas localidades, seus tambores e suas casas. O curso da água do rio Paraíba é o referencial que conecta as comunidades e a história. As marcas do cativo ficaram inscritas no pano que mostram o corpo inteiro da região.⁵⁷

O acolhimento destacado no trabalho de Cunha foi exatamente o que encontramos ao adentrar no mundo jongueiro para a realização deste trabalho. Ler sobre o patrimônio imaterial, o jongo, sua importância, somente se tornou completo durante a pesquisa. A leitura traz curiosidade, imaginação e vontade de entender a riqueza de uma cultura que ainda tem preconceitos e luta por espaço. Contudo, o diálogo com jongueiros torna a pesquisa viva, proporcionando o entendimento claro que o dançar é a expressão corporal de luta por igualdades e fortalecedor da identidade negra.

Ao ser recebida na casa do Jongo, pude conversar com jongueiros e entender algumas ações para o desenvolvimento e a manutenção da prática da dançante. Dentre as atividades organizadas estão o contato com as escolas, o turismo de memória, ações contra o racismo e debates de fortalecimento para a identidade negra com jovens de Pinheiral. Assim como em outras comunidades, a luta é cotidiana, algo que tornou-se evidente ao acompanhar os jongueiros.

Logo, a salvaguarda do Jongo entre leitura e prática é um imenso respaldo para a luta dos detentores deste saber, mas é preciso ser analisado em conjunto a prática cotidiana, para entender que o patrimônio imaterial somente está cuidado caso os

⁵⁷ Op.cit, 167.

jongueiros o estejam, pois, para que haja dança, são necessários reuniões, disponibilidade e doação. Cuidar do patrimônio é cuidar das pessoas que prontificam-se a repassar a contribuição do povo negro na história do país.

Os jongueiros tentam conciliar sua entrega para cultura patrimonial com a falta de investimentos e a necessidade de trabalhar. No caso de Pinheiral, os jongueiros iniciaram o processo de aposentaria e conseguem estar mais presentes no local de acolhimento. Contudo, a sede do Jongo é alugada, os custos com a casa, são pagos com trabalhos de apresentações e/ou estratégias para que continue funcionando, mediante aos cortes na área da cultura, afetam diretamente os repasses financeiros para a casa do Jongo. É necessário ressaltar que os mesmos conquistaram um espaço do terreno em que fica localizada o antigo casarão da família Breves, estão lutando para que haja o início das obras para que possam ampliar seus objetivos.

Durante o processo de pesquisa junto aos jongueiros pude estabelecer maior contato com Maria das Graças e Maria Amélia da Silveira, a interligação entre as ações jongueiras tem como fundamento a educação, logo, a narrativa do trabalho de campo será iniciada pela lei 10.639. Esta lei se refere a inclusão no currículo escolar da temática da História e Cultura Afro-Brasileira que foi promulgada em 9 de janeiro de 2003. Sendo uma grande vitória para a cultura afro-brasileira e estando como uma das ações dentro do Plano de Salvaguarda do jongo podemos entender a atuação jongueira junto à educação.

Atuar junto aos estados e municípios para que assumam os seguintes compromissos com a educação: educação para as relações étnico-raciais em todas as escolas; cumprimento da lei 11.645/2008 em todas as escolas; educação patrimonial em todas as escolas.⁵⁸

A lei que foi atualizada e se encontra atualmente pelo número 11.645/2008⁵⁹ trouxe alegrias e algumas preocupações. Inúmeros professores de escolas públicas e particulares se sentiram incapacitados para lecionar acerca do tema. Poucos professores obtiveram formação acerca do tema negro e cultural e África apresentando questionamentos do que deveria ser feito.

⁵⁸ Plano de salvaguarda do jongo no Sudeste. Rio de Janeiro: UFF, 2011. Disponível em: <http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/plano_de_salvaguarda_versao_final.pdf>. Acesso em: jul. 2019. p.45.

⁵⁹ BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: <www.prograd.ufu.br/legislacoes/lei-no-11645-de-10-marco-de-2008-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-indigena> Acesso em: jul.2019.

Ao conectar a lei 11.645/2008 e a salvaguarda do Jongo, possibilita-se diálogo entre professores e jongueiros; professores e assuntos patrimoniais. As novas discussões e trocas fortalecem estudos da História do Brasil e dos afrodescendentes, contribuindo também para a luta desse povo. Vale lembrar que a população brasileira é constituída em 54% negra. Permitir reflexões nas escolas básicas da importância da memória afrodescendente e que a mesma tornou-se possibilita e contribui para a luta e expressão dos jongueiros na sociedade, ressalta a contribuição cultural para inúmeros jovens no país em que pouco se estuda sobre a contribuição e importância do negro no país.

No Plano de Salvaguarda há ações estabelecidas para que haja maior contato entre jongo e o ambiente escolar, nestes objetivos, uma ação concreta está na elaboração de materiais para professores entendam e consigam trabalhar a temática do jongo para além do 13 de maio, dia comemorado a libertação da escravatura e 20 de novembro, dia da consciência negra.

No item III das ações desenvolvidas pelo Pontão de Cultura do Jongo está a organização e distribuição do fichário nas escolas, baseadas pela lei 11.645/2008. Esta ação também contribui aos profissionais de educação pela falta de materiais didáticos como referência para suas aulas. Intitulado *O Jongo na escola*⁶⁰ o material também contém sugestões de atividades e filmes para familiaridade com o tema.

Segundo o documento:

3 – Organização de um fichário para distribuição nas escolas dos territórios jongueiros como forma de colaboração na implementação da Lei Federal Nº 10 639/2003, atual 11 645/2008, contendo nove DVDs relacionados a temáticas relevantes para as comunidades jongueiras, a ficha técnica do filme, um pequeno artigo sobre o filme, sugestões de atividades didáticas e um exemplar do livro *Pelos Caminhos do Jongo/Caxambu*;⁶¹

Contudo, ações de contato entre escola e jongo ocorriam antes mesmo da lei 10.639/2003, visto que Maria de Fátima e suas irmãs, são professoras, a luta e conscientização dos jovens nas escolas do médio Paraíba ocorrem desde a entrada das jongueiras no ambiente escolar, na tentativa de demonstrar aos jovens alunos a rica

⁶⁰ O jongo na escola. Rio de Janeiro: UFF, 2008. Disponível em: <http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/o_jongo_na_escola_-_completo.pdf>. Acesso em: Jul.2019.

⁶¹ PLANO de salvaguarda do jongo no sudeste. Portal do Jongo – UFF, 2011. Disponível em: <http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/plano_de_salvaguarda_versao_final.pdf>. Acesso em: Jul. 2019. p.52.

herança dos que foi deixada pelos escravos em Pinheiral. Pensando nesses feitos e em sala de aula, deve-se citar o exemplo da própria prática do jongo pelos profissionais da educação em Pinheiral. Neste sentido, será descrito a entrevista com a professora da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE, Aline Furtado Francisco Bernardo de 36 anos. A associação foi fundada em 1954 no Rio de Janeiro e visa ser uma organização social com o objetivo de promover a integração à pessoa com deficiência intelectual e múltipla. Em Pinheiral é motivo de orgulho para o município.

A entrevista foi feita dia 7 de junho de 2019, a data se tornou significativa pelo fato de estar acontecendo um evento importante na APAE, uma apresentação cultural por alunos do 3º, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, na modalidade EJA- Educação de Jovens e Adultos. Os mesmos ganharam em terceiro lugar ao levar Jongo de Pinheiral para a disputa do festival de artes. Ao ser convidada pela professora de educação física para fazer parte do projeto, em um primeiro momento houve o questionamento da copeira, mas logo, Furtado propôs o Jongo por perceber que a própria cidade tem uma história rica culturalmente e é tradição na cidade de Pinheiral. Segundo ela:

Aí ela logo pensou na capoeira e eu falei assim: não, eu gostaria de levar o Jongo, porque o Jongo é uma coisa diferente, né, é, assim, aqui em Pinheiral, é uma coisa que assim, é da nossa cidade, né, o Jongo é tradição de Pinheiral, No entanto que nós temos até o Dia Municipal do Jongo, e aí a gente começou esse trabalho. Mas, o ano passado, a gente já vinha trabalhando porque a gente trabalha aqui o Dia Municipal do Jongo, aí quando chega Consciência Negra a gente trabalha de novo o Jongo, a gente trabalha o Jongo também a questão da...no 13 de maio, que é a questão da libertação dos escravos[..]

A cidade de Pinheiral tem seu dia Municipal do Jongo estabelecido no dia 7 de abril⁶², a data escolhida foi a data de aniversário do falecido Mestre Cabiúna, jogueiro muito respeitado de Pinheiral. Os jogueiros ressaltam com imenso orgulho que em alguns concursos públicos são elaboradas questões a respeito dessa data e da importância do Jongo para o município do Vale do Paraíba.

Para além disso, a relação entre jogueiros e professores pode ser observado enquanto Furtado relata sobre sua pesquisa para a ida dos alunos ao festival de artes. Esta pesquisa foi composta de uma atividade de campo junto aos alunos, que passaram um dia

⁶² Dia municipal do jongo. Rio de Janeiro: UFF. Disponível em: <<http://www.pontaojongo.uff.br/dia-municipal-do-jongo-em-pinheiral>> Acesso em: jul.2019.

na casa do Jongo para aprender os passos, o toque e de fato a importância do Jongo do Sudeste. Propiciando para além do prêmio, uma conexão entre alunos, professores, jongueiros e pais. A lideranças jongueiras Maria das Graças da Silveira, mais conhecida como *Gracinha* e sua irmã Maria Amélia da Silveira, conhecida como Memeia auxiliaram a professora Aline Furtado no processo de conhecimento para a apresentação no festival, acrescentando ainda mais a troca entre escola e o conhecer do Jongo do Sudeste em sala de aula.

E aí a gente começou os ensaios, e eu procurei a Gracinha, a Meméia, né, pra tá nos ajudando, nos auxiliando pra fazer esse trabalho. [...]E elas me explicaram, não, que o Jongo daqui de Pinheiral ele tem cada um tem o seu passo né, cada um do seu modo. E aí os alunos pegaram muito bem o Jongo, pegaram a dança, né, assim, as músicas também, e pra tocar no tambor, eles também pegaram com muita facilidade. No entanto que nós fomos participar do festival, né, de arte, nós ficamos em 3º lugar dentre os 12.

(Aline Furtado Francisco Bernardo, p.1, 2019)

Quando há o questionamento sobre a reação dos pais de alunos com a apresentação do Jongo recebemos como resposta a importância do mesmo para a confirmação do combate ao preconceito, levando à outra ação jongueira. Furtado ressalta que somente uma mãe se sentiu incomodada mediante a ligação do filho com o Jongo, alegando questões religiosas. O que felizmente acontece em Pinheiral, não acontece em outros lugares no Rio de Janeiro.

Então assim, a recepção dos pais, foi bem bacana. Só assim, eu tenho uma mãe que ela é evangélica, e assim, que ela não, assim, não gostou muito né, que o filho participasse no dia porque nós fizemos uma visita na casa do Jongo. Então ela, assim, não gostou muito porque, infelizmente, tem pessoas que tem um preconceito, né, que confundem o Jongo com pontos de macumba, né. Então ela não gostou muito, mas o restante eles adoraram, eles gostam muito de estar indo lá, sempre que eles fazem evento, é, os alunos estão presentes lá, a gente procura sempre fazer esse trabalho.

(Aline Furtado Francisco Bernardo, p.1, 2019)⁶³

O espaço escolar continua sendo extremamente importante para o combate ao preconceito, e partindo desta reflexão, outra entrevista, com pai Pedro Paulo Nogueira, babalorixá há 46 anos e sua casa funcionando há 39 anos em Pinheiral pode contar um pouco mais sobre sua relação com o Jongo e sua visão ao relacionar a prática cultural a

⁶³ BERNARDO, Aline Furtado. Memórias de Pinheiral. [Entrevista concedida a] Maria Alice Balbino Alves. Rio de Janeiro, p 1-3.7 jun. 2019.

religião de matriz africana. Sendo extremamente importante este olhar de Pedro Paulo, pois seu tio era Mestre Cabiúna, grande mestre jongueiro e muito aclamado em Pinheiral.

As pessoas vão continuar sempre tendo esse mesmo raciocínio: o Jongo é uma macumba, o Jongo... aliás eu creio até, eu já fiz algumas palestras em alguns colégios... e... houve um período em que estava-se falando muito de colocar... é... a História da África na grade curricular, aquela coisa toda. E numa dessas palestras lá dessa época, eu falei uma coisa que é o que tá acontecendo, é o que acontece hoje em dia. Disse que: a História da África iria muito bem até a hora de falar do tambor.

(Pedro Paulo Nogueira, p.1, 2019)

Ao apontar sobre que História da África iria muito bem até citar o tambor, evidencia o preconceito que há nas escolas quando se trata sobre história africana. A hostilidade de muitos pais, alunos e até mesmo de uma equipe pedagógica provoca a dificuldade de colocar uma lei em prática, principalmente com o crescente aumento da religião evangélica no Brasil. Como segue narrando Pedro Paulo:

Toda a História da África ia muito bem haja visto que muitas pessoas não entendem que Egito é África, hoje em dia ainda existe muita gente que ainda acha que Egito é um... um lugar que não é África. Então... por aí você tira... vou falar uma palavra até muito forte: a ignorância das pessoas, né. E eu disse isso numa palestra que... haveria... haveria muito bem História da África até o momento que surgisse o tambor, o momento que surgisse o tambor ia desigualar tudo e muitos não iam querer mais continuar fazendo aquela grade curricular por conta, já “ia” associar ao Candomblé, associar à Umbanda... sendo que não é assim. Mas... infelizmente é uma coisa muito difícil de se... é... tentar mostrar pras pessoas hoje isso.⁶⁴

(Pedro Paulo Nogueira, p.1, 2019)

Pedro Paulo descreve o preconceito cotidiano que jongueiros, participantes de religiões africanas e professores tentam romper. A educação aparenta ser a maior estratégia do jongo de Pinheiral para romper com a ignorância citada pelo babalorixá. A associação entre o barulho dos tambores do jongo ao ritual afro-brasileiro revela o longo caminho para a redução do preconceito. Levar os tambores para as mais diferentes apresentações, dançar e explicar cotidianamente quantas vezes forem necessárias sobre a

⁶⁴ NOGUEIRA, Pedro Paulo. Memórias de Pinheiral. [Entrevista concedida a] Maria Alice Balbino Alves. Rio de Janeiro, p 1-4.7 jun. 2019

origem do jongo e sua importância, demonstra o amor dos jongueiros para a manutenção do bem cultural brasileiro. Os integrantes da prática resguardam a memória que pertence ao povo brasileiro, a história individual, local e nacional. Deve-se estar nos livros, nas palestras, nas cartilhas de turismo a importância da diversidade cultural. Ainda há muito para que a sociedade entenda que patrimônio é o material e o imaterial e elas pertencem a todos nós.

Considerações Finais

Os objetivos deste trabalho estavam em apontar como os registros da salvaguarda do Jongo, por ser ainda recente, seriam encontrados desafios para sua manutenção do saber ancestral. Não foi difícil identificar que a falta de fomentos, ajuda das prefeituras e o ainda preconceito ao se falar sobre a importância da cultura africana, apareceram em diferentes momentos no percurso de acompanhamento do Jongo do Sudeste.

As práticas de dançar, cantar e tocar o jongo são partes integrantes importantes da memória e da cultura afrodescendente e, portanto, fazem parte da identidade nacional brasileira – apesar de, historicamente, terem vivido repressão, discriminação e terem sido minorizadas por uma política elitista de preservação do patrimônio cotidianamente os jongueiros esforçam-se para diminuir as barreiras do preconceito e ressaltar principalmente aos jovens a contribuição dos negros para o Brasil e principalmente ao Médio Paraíba.

Outra intenção era identificar se antes mesmo da salvaguarda ser formalizada, os jongueiros fizeram seu próprio método para guardar e resguardar esta prática transmitida por meio da oralidade. Sem dúvida a surpresa deu-se em perceber que as estratégias vão para além das descritas no Plano de Salvaguarda do Jongo. Mas sim o próprio cotidiano, um simples bom dia, acompanhado da frase “vai ter evento na casa do Jongo, convidem mais pessoas” faz com que os jongueiros atinjam aos poucos o maior público possível. Demonstrando a importância do jogar para Pinheiral, o Rio de Janeiro e o Brasil.

Os jongueiros ensinam a importância do coletivo, do estar e fazer em conjunto. Procurar um único responsável pela continuação do Jongo do Sudeste, ou por atores principais tornou a reflexão sobre este patrimônio singular. O segurar a sua mão, para que juntos se possa fazer o que não conseguimos sozinhos, torna o processo de buscas por direitos ser conquistado um pouco menos espinhoso. Logo, entender o que é o Jongo do Sudeste é perceber que o amor pela cultura alinhado a ideia de coletivo torna o jongo cada dia mais vivo.

Pude comprovar isto participando das atividades da casa do Jongo de Pinheiral, assim como fora meu objetivo. As leituras são primordiais para este trabalho, mas ganhou novos significados ao adentrar o campo patrimonial. Entender primeiramente que a sala de aula pode ser aberta e compartilhada entre pesquisadores e jongueiros possibilita assistir a própria salvaguarda do Jongo. Logo, a cultura continua sendo feita como os pretos velhos, senhores respeitados e de extrema sabedoria. Passo a passo, com paciência, de forma oral, seja pela leitura dos livros de contos na casa do jongo, em sala de aula, pelo turismo comunitário ou pelos cantos dos pontos, o jongo vai sendo transmitido.

Por fim, no decorrer do processo de pesquisa e o contato com jongueiros, podemos perceber que o plano de salvaguarda aparece fragmentado em cada jongueiro, em cada tocar, em cada pisada ou canto. A salvaguarda são os próprios jongueiros, em conjunto pela transmissão da memória ancestral e a tentativa de demonstrar a contribuição dos negros para a sociedade brasileira. O patrimônio também é seu, a busca pela sua valorização e conscientização deve ser constante, sem receios e sempre respeitando a sabedoria daqueles que passam a vida lutando para que a cultura brasileira não morra. Salve São Benedito, salve os Jongueiros velhos.

Referência Bibliográfica

ABREU, Martha & VIANA, Larissa. “Festas religiosas, cultura e política no Império do Brasil”. In: GRIMBERG, K. & SALLES, R. O Brasil Imperial, vol. III: 1870-1889. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

ABREU, Regina e Dinola, Sabrina. Desafios da patrimonialização do imaterial no caso da prática performativa do "jongo", in: Revista ACENO, V. 4, n. 7, 2017 <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/5179>.

CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. Mestre Valentim. São Paulo: Cosac & Naify, 1999. CAVALCANTI, Nireu. O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004

CUNHA, João Alípio de Oliveira. A arte do “acolhimento”: novas perspectivas sobre a salvaguarda do jongo. In: Cadernos do Lepaarq, v. XVI, n.31., p. 163-175, Jan-Jun. 2019.

DANTAS, Carolina V. & ABREU, Martha. “Música popular, folclore e nação no Brasil, 1890-1920”. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). Nação e cidadania no Império: Novos horizontes. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007

DECCA, Edgar Salvador de. Memória e Cidadania. In: O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de cultura – DPH, 1992. p.129-135.

FERP, UGB; DO CANTO, Vanessa; OLIVEIRA, Luana. *O jongo de pinheiral: entre história, memória e direitos*. Simpósio, [S.l.], n. 2, out. 2017. ISSN 2317-5974. Disponível em: <<http://revista.ugb.edu.br/index.php/simposio/article/view/321>>. Acesso em: jul. 2019

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da “pedra e cal”: por uma concepção ampla de patrimônio. *Revista Tempo Brasileiro*. Nº 147, out/dez 2001.

Nogueira, Fabíola. *Diversidade cultural e identidade nacional: Aspectos da política federal de registro de bens culturais de natureza imaterial*. In.; Patrimônio Prática e reflexões. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

GUIMARÃES, Manoel. *O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.25. In: ABREU, M., SOIHET, R & GONTIJO R. (org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LARA, Silvia. *Vassouras e os sons no Brasil*. In: LARA, Silvia & PACHECO, Gustavo (org.). Memória do jongo. As gravações históricas de Stanley Stein, Vassouras, 1949. Rio de Janeiro/Campinas, Folha Seca/Cecult, 2007.

MATTOS, Hebe & ABREU, Martha. *Jongo, registros de uma história*. In: LARA, Silvia & PACHECO, Gustavo (org.). *Memória do jongo, as gravações históricas de Stanley J. Stein*, Vassouras, 1949. Rio de Janeiro/Campinas, Folha Seca/Cecult, 2007.

_____. *Pelos Caminhos do Jongo e do Caxambu. História, Memória e Patrimônio*, vol. 1. Niterói: UFF NEAMI, 2009.

NOGUEIRA, Fabíola. *Diversidade cultural e identidade nacional: Aspectos da política federal de registro de bens culturais de natureza imaterial*. In: *Patrimônio Prática e reflexões*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

PACHECO, Gustavo. *Memória por um fio: as gravações históricas de Stanley J. Stein*. In: LARA, Silvia & PACHECO, Gustavo (org.). *Memória do jongo. As gravações históricas de Stanley Stein*, Vassouras, 1949. Rio de Janeiro/Campinas, Folha Seca/Cecult, 2007.

REIS, João José; Silva, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

SIMODARD, Pedro; Borges, Ana Carolina Silva. *Memórias do cativo, jongo e cidadania em Pinheiral*. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, nº58 p.77-96,2018.

STEIN, Stanley J. *Uma viagem maravilhosa*. In: *Memória por um fio: as gravações históricas de Stanley J. Stein*. In: LARA, Silvia & PACHECO, Gustavo (org.). *Memória do jongo. As gravações históricas de Stanley Stein*, Vassouras, 1949. Rio de Janeiro/Campinas, Folha Seca/Cecult, 2007.

Patrimônio Imaterial. IPHAN: Brasília, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: jul. 2019.

Portal do Iphan. IPHAN: Brasília, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: jul. 2019.

Recomendações Paris. Iphan.gov. 17 de out. 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%202003.pdf>>. Acesso em: jul. 2019. p.3.

Diálogos (Maringá. Online), v. 16, n.2, p. 707-738, mai.-ago./2012. Disponível em: <ojs.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/download/36154/18714>. Acesso em: jul.2019.

DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_Lei_n_25_de_30_de_novembro_de_1937_pdf.pdf>. Acesso em: jul. 2019.
<http://phoortal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>.

DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000. Planalto.gov. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em: jul. 2019.

Patrimônio Material e Imaterial <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: jul. 2019

.Pontão de cultura jongo caxambu. Disponível em: <www.pontaojongo.uff.br/acao-coletiva>. Acesso em: jul. 2019.

Plano de salvaguarda do jongo no Sudeste. Rio de Janeiro: UFF, 2011. Disponível em: <http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/plano_de_salvaguarda_versao_final.pdf>. Acesso em: jul. 2019. p.45

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de marco de 2008. Disponível em: <www.prograd.ufu.br/legislacoes/lei-no-11645-de-10-marco-de-2008-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-indigena> Acesso em: jul.2019.

O jongo na escola. Rio de Janeiro: UFF, 2008. Disponível em: <http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/o_jongo_na_escola_completo.pdf>. Acesso em: Jul.2019

Dia municipal do jongo. Rio de Janeiro: UFF. Disponível em: <<http://www.pontaojongo.uff.br/dia-municipal-do-jongo-em-pinheiral>> Acesso em: jul.2019

EU venho de longe. Direção: Pedro Simonard. Rio de Janeiro: documentário, 2010. (1h00). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FkINbw_c9m4>. Acesso em: jul. 2019.

PASSADOS Presentes: memória negra no sul fluminense. Direção: Hebe Mattos e Martha Abreu. Rio de Janeiro: LABHOI-UFF, 2011 (43min). Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=-D629WbeRVU&list=PL1-1ZfnSk3LMTzI6-GfTxvTytwykYbgBL&index=8> Acesso em: jul. 2019.

UMA RESENHA com tia Maria do Jongo. Direção: império serrano museu virtual, Rio de Janeiro: documentário, 2014. (27min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ffzOeD3Wf5U>>. Acesso em: julho de 2019.

BERNARDO, Aline Furtado. Memórias de Pinheiral. [Entrevista concedida a] Maria Alice Balbino Alves. Rio de Janeiro, p 1-3, 7 jun. 2019.

NOGUEIRA, Pedro Paulo. Memórias de Pinheiral. [Entrevista concedida a] Maria Alice Balbino Alves. Rio de Janeiro, p 1-4.7 jun. 2019.